

COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO

RUBENS PAIVA

PRESIDENTE

DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT

20/03/2014

COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO RUBENS PAIVA**BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.****20/03/2014**

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Suzana, localizou? Olha, deixa eu instalar isso aqui, 118ª audiência pública, 20 de março de 2014, Auditório Teotônio Vilela, caso Alexander José Ibsen Voeroes, e também para a oitiva de Lauriberto José Reyes, José Idésio Brianezi e José Milton Barbosa e o Alexander José Ibsen Voeroes.

Bom, aproveitando que eu já abri a sessão, não tem computador para projetar na tela, viu Koba? Não tem computador para projetar na tela, deixa eu ler a matéria do “O Dia” que foi postada de madrugada, mas foi colocada agora às 8h36.

“Coronel revela”. Lê você, vai Suzana. É importante, da Juliana Dal Piva. Lê com calma. Dá o microfone para ela. Viu Vivian, pede para o Koba localizar a irmã do Alexander Ibsen, por favor, porque tem uma carta maravilhosa que ele mandou para a família. Vamos lá.

A SRA. SUZANA LISBOA – “Coronel revela como sumiu com o corpo de Rubens Paiva. Militar diz que ordem partiu do gabinete do ministro. Deputado federal foi preso em casa em 20 de janeiro de 1971 e torturado até morrer. Seu corpo foi desenterrado dois anos após a sua morte e nunca mais foi encontrado”. Matéria do jornal “O Dia”, Juliana Dal Piva.

“Recebi a missão para resolver o problema que não seria enterrar de novo. Procuramos até que se achou o corpo. Levou algum tempo, foi um sufoco para achar o corpo, aí seguiu o destino normal’. Com esta frase, 43 anos depois o coronel reformado do Exército Paulo Malhães admite pela primeira vez que foi um dos chefes da operação

montada em 1973 para sumir com o corpo do então deputado federal Rubens Paiva que estava enterrado na areia, na praia do Recreio dos Bandeirantes. Para localizar o corpo de Rubens Paiva duas equipes trabalharam durante cerca de 15 dias na Praia.

Junto com Malhães também participou da missão o coronel reformado José Brant Teixeira, parceiro de diversas operações. Além dele os sargentos Jairo de Canaan Cony e Iracy Pedro Interaminense Corrêa. Apenas Cony está falecido. O oficial admite que já sabia de quem era o corpo procurado. 'Eu podia negar – diz o Malhães – dizer que não sabia, mas eu sabia quem era sim. Não sabia por que tinha morrido, nem quem matou, mas sabia que ele era um deputado federal que era correio de alguém', conta.

Aos 76 anos, um dos mais experientes oficiais do CIE, o militar contou ao 'O Dia' que recebeu a missão do próprio gabinete do ministro do Exército em 1973 e que viu colegas graduados como o coronel Freddie Perdigão Pereira recusarem o trabalho 'é um troço que você tem que pensar duas vezes antes de fazer. Ele não quis'.

Malhães diz que estava investigando uma guerrilha no sul do Brasil durante a prisão do deputado. Só ao receber a missão, é que foi informado de que o corpo tinha sido inicialmente enterrado em 1971 no Alto da Boa Vista. Mas, na ocasião, os militares temiam que obras na Avenida Edson Passos acabassem revelando o cadáver. Então, o corpo foi retirado do local no mesmo ano e novamente enterrado na Praia do Recreio dos Bandeirantes. Em 1973, o coronel conta que o CIE resolveu dar uma 'solução final'.

'A preocupação foi aquela velha briga. Foi o negócio de enterrar. Eles enterram o cara, tiraram cara do lugar que estava enterrado que era no Alto da Boa Vista porque ia passar na beira de uma estrada. Ali, tiraram o cara e levaram para o Recreio e enterraram na areia, só que a Polícia do Exército quase toda viu isso, esse traslado', explica.

De acordo com Malhães, o Exército avaliava que a operação era necessária porque alguns agentes do DOI-CODI ameaçavam tornar o caso público. 'O Leãozinho viu, não sei mais quem viu também, mas o troço veio à tona. O Leão dizia que enterraram na praia', afirma.

Malhães só faz mistério sobre o destino dado após a localização do cadáver. 'Pode ser que tenha ido para o mar, pode ser que tenha ido para um rio', completa. Em outubro de 1974, o militar recebeu a Medalha do Pacificador com Palma.

Leão era o coronel reformado Ronald José Mota Batista de Leão, ex-chefe do Pelotão de Investigações Criminais, PIC. Em fevereiro, a Comissão Nacional da Verdade apresentou um relatório parcial sobre o caso e informou que recebeu uma carta de Leão informando que tinha visto Paiva ser recebido por dois agentes do Centro de Informações do Exército, Rubens Paim Sampaio e Freddie Perdigão Pereira.

Na divulgação do relatório, a Comissão Nacional da Verdade também apontou o nome de dois agentes que torturaram e mataram o deputado federal Rubens Paiva. De acordo com depoimentos de dois militares prestados à CNV, os autores do crime seriam o então tenente Antônio Fernando Hughes de Carvalho e o comandante do DOI, o também major José Antônio Nogueira Belham.

As informações foram obtidas por meio de um depoimento prestado por um militar que a comissão identificou apenas como 'agente Y'. Um assessor da comissão, entretanto, confirmou ao 'O Dia' que a testemunha se trata do coronel da reserva Armando Avólio Filho, ex-integrante do Pelotão de Investigações Criminais da Polícia do Exército.

Há um ano, em fevereiro de 2012, a CNV apresentou as primeiras conclusões de sua investigação até aquele momento. Na ocasião foram apresentados documentos que comprovavam que Rubens Paiva tinha sido transferido para o DOI-CODI.

Em janeiro deste ano a Comissão da Verdade do Rio tornou público um depoimento do general reformado Raymundo Ronaldo Campos. Ele confessou que Exército montou uma farsa ao sustentar, na época, que Paiva teria sido resgatado por companheiros 'terroristas'. A versão oficial era de que ao ser transportado por agentes do DOI no Alto da Boa Vista, os militares entraram em confronto com um grupo de esquerda, quando Paiva havia conseguido fugir. Raymundo era capitão, e conduzia o veículo supostamente atacado. Também estavam no carro os sargentos irmãos Jacy e Jurandir Ochsendorf.

Rubens Paiva foi preso em casa no dia 20 de janeiro de 1971 por agentes do Centro de Informações da Aeronáutica (Cisa). Horas depois o deputado foi entregue ao DOI-CODI no Rio onde foi torturado até a morte.

Deputado federal, eleito pelo PTB, mesmo partido de João Goulart, Rubens Paiva foi cassado em 1964, logo após o golpe militar. Após um período no exílio, retorna ao Brasil, mantendo suas atividades empresariais. Sua morte se deu em 21 de janeiro de 1971 e uma farsa foi montada para ocultar o crime.

Seu corpo nunca foi encontrado.”

Aqui termina a matéria. Deve estar para ser publicado também o restante das declarações do Paulo Malhães à repórter que ele fala de outros envolvimento dele em desaparecimento que pelo que eu imagino seja a questão de Foz de Iguaçu, a matéria deve estar entrando no ar, porque ela me escreveu aqui. É isso.

Agora, em relação ao Alexander Voeroes, como eu ia colocar o caso do Lauriberto e o Alexander foi morto na mesma data, eu pensei em colocar, mas podemos.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Não, a família está mandando, a família está mandando.

A SRA. SUZANA LISBOA – Deixar para uma outra data e trazer a família.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Não, quero fazer hoje, vamos fazer. Não, a família é difícil, é melhor trabalhar com os documentos. Vamos, o Danilo achou a gravação do discurso do Rubens Paiva para que a gente tenha ciência do que foi feito, do que foi dito. Até se dá para usar, vamos testar o áudio aí. Vocês já ouviram?

A SRA. - Eu ouvi.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Ah, é? Quinze minutos?

A SRA. - Cinco.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Ah! Cinco, então dá, né?
Então vamos lá, Dan?

Apresentação da gravação.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Koba, você está controlando se está chegando o material da família Voeroes? Tá? É bom, porque a Suzana vai processar esse material, viu Danilo? Ajuda porque vai chegar no ... Aí precisa imprimir tudo para, nós termos uma pastinha porque vai ser, a última abordagem vai ser do Alexander Voeroes. Só deixa o Darcy Passos. Depois você digitaliza esse aqui da... O Darcy Passos deu uma contribuição aqui.

“Imprensa e ditadura militar serão debate no Rio de Janeiro, hoje. De São Paulo. Será realizado no Rio um debate sobre a atuação da imprensa durante a ditadura militar, parte de um ciclo sobre o período organizado pela Livraria da Travessa. O Encontro terá como debatedores Aluizio Maranhão, editor de Opinião do jornal 'O Globo'”; Ricardo Balthazar, editor do caderno 'Poder' da 'Folha'. O debate começa às 18h30 no Centro Cultural Banco do Brasil, Rua Primeiro de Maio, 66, centro do Rio, a entrada é franca, senhas serão distribuídas no início do evento.”

Ótimo. Bom, hoje tem o livro, o lançamento do livro do Márcio Felipe Sotelo, não é? Lá na Faculdade de Direito às 18h, e da Flavia Piovesan às 15h, não é? Depois você vê isso para mim, por favor? Os dois livros, o do Márcio e o da “coisa”. Vamos começar, então?

Essa gravação do Rubens, talvez a gente pudesse por ela no ar lá no dia do DOI-CODI, sugestão que o Danilo deu. Eu não tinha ideia do tamanho e da beleza desta, e da qualidade, não é? Muito boa. Vamos lá, vamos começar a nossa vida.

A SRA. SUZANA LISBOA – A matéria do Paulo Malhões também está assumindo que ele desapareceu com o corpo do Onofre.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– É, do Onofre também? Agora também? Outra matéria já está sendo postada? Outra? Você recupera, viu Dan? É tudo da Juliana? A Juliana é aquela menina daqui de São Paulo que foi para o Rio? Aquela gordinha baixinha?

A SRA. SUZANA LISBOA – Gordinha, baixinha, não é ela.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Não, então é outra. Tinha uma Julianinha aqui? Não, é outra. Está falando do outro, já? Outro caso ele já está assumindo?

A SRA. SUZANA LISBOA – É a matéria dela que “O Dia” baixou aos pedaços, né? Então agora saiu a matéria dele sobre o Onofre Pinto.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Ah, lá em Foz do Iguaçu?
Ele está metido naquele caso, lá?

A SRA. SUZANA LISBOA – É.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Aproveita, lê.

A SRA. SUZANA LISBOA – A outra parte da matéria da Juliana Dal Piva no jornal “O Dia”, "Emboscada do Exército Mata Líder Guerrilheiro".“Outro segredo guardado nas memórias do coronel reformado Paulo Malhães é o destino final de um dos líderes da Vanguarda Popular Revolucionária, VPR, o sargento Onofre Pinto. Preso em 1969, Onofre deixou o país no sequestro do embaixador dos Estados Unidos Charles Burke Elbrick no mesmo ano. Ele ficou exilado no Chile e depois na Argentina até 1974, quando decidiu retornar para formar um novo grupo de luta armada. Foi nesse desejo que Malhães e sua equipe encontraram a oportunidade para prendê-lo.

Onofre Pinto foi atraído pelos militares em julho de 1974 junto com os brasileiros Daniel José de Carvalho, Joel José de Carvalho, José Lavecchia, Vitor Ramos e do argentino Enrique Ernesto Ruggia para uma emboscada em um suposto campo de guerrilha que estava sendo formado no Parque do Iguaçu, em Foz do Iguaçu.

‘Fui até lá e me apresentei ao Onofre como um contato da guerrilha. Gostava da adrenalina. Eu era o carioquinha’, conta o militar, ao revelar que foi o líder da operação.

Para a missão, o coronel conta que teve ajuda de um agente infiltrado chamado Alberi Vieira dos Santos, ex-militante de esquerda. De acordo com ele, a operação durou cerca de dois meses. Primeiramente, foi montada em uma casa em um bairro afastado de Foz do Iguaçu, e lá os agentes ficaram fazendo contato com guerrilheiros.

Malhães diz que naquela época o governo brasileiro não tinha autorização para atuar no território argentino e, por isso, os militantes brasileiros precisaram atravessar a fronteira para serem presos. Todas as operações que envolviam outros países se chamavam 'Operações Arco-Íris'. 'É por causa das cores das bandeiras', explica.

De acordo com o oficial, o líder da VPR impunha a liderança no grupo, mas estava desconfiado sobre a existência real do campo no lado brasileiro. 'Onofre liderava. Tinha boa receptividade. Mas estava desconfiado. No primeiro dia em que nos encontramos ele pediu que alguém fosse comigo ver o local de treinamento', afirma Malhães.

No outro dia, ele e um dos guerrilheiros foram até o local em uma perua. Dois dias depois da visita, o grupo de militantes cruzou a fronteira durante a tarde e chegou ao falso campo de treinamento à noite.

Assim que chegaram foram cercados e receberam ordem de prisão. O primeiro a morrer foi José Lavecchia, que tentou reagir. Os outros foram executados ainda naquela noite. O único que sobreviveu foi Onofre Pinto, levado para a casa de fachada em Foz do Iguaçu, onde os agentes tramaram toda operação.

Lá, o líder da VPR passou quase um mês sendo interrogado e recebeu a proposta de trabalhar para a repressão. De acordo com Malhães, após quatro semanas, Onofre concordou. 'Ele me pediu que cuidasse da família dele, me passou os contatos e eu fiquei de escrever aos meus outros infiltrados para avisar que ele tinha 'virado', explica.

No entanto, o comando do Centro de Informações do Exército não quis manter o guerrilheiro vivo. Segundo Malhães, um oficial, que ele não quis revelar o nome, não queria que ele tivesse um agente da importância política de Onofre. 'Recebi uma ordem direta, fecha tudo, acaba tudo e volta para o Rio', conta Malhães. Onofre então foi executado e seu corpo foi jogado de uma ponte dentro de um rio na região de Foz do Iguaçu."

Mesmo na hora, vou fazer um comentário, deputado. Mesmo na hora de contar a participação em um assassinato dessa forma, o agente se dá o trabalho de tentar desmoralizar o Onofre ao dizer que ele acabou optando por colaborar. Eles fizeram isso,

não foi só com o Onofre, eles fizeram isso, sistematicamente, com muitas pessoas que conseguiram, felizmente, sobreviver.

Um dos casos é a nossa companheira Inês Etienne Romeu. Eles gravaram um vídeo com a Inês, ela tinha 30 e poucos quilos na época. Ela assumindo que a sua colaboração, ela contando dinheiro, tudo em uma tentativa de desmoralizá-la antes de matar. Felizmente ela sobreviveu e está aí para ajudar a contar a história. Não integralmente desde que foi espancada e perdeu o domínio da fala, mas é incrível que mesmo depois de ter matado dessa forma, tantos anos depois eles ainda buscam colocar uma frasezinha que seja para buscar desmoralizar o Onofre que foi uma pessoa que deu a vida pela liberdade nesse país, não é?

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Vocês salvam essas duas matérias da Juliana Dal Piva, do “O Dia”? Tanto a do Onofre e todo pessoal Lavecchia, todo mundo lá de Foz do Iguaçu.

A SRA. SUZANA LISBOA – Eu queria também lembrar que toda essa investigação sobre os seis desaparecidos de Foz de Iguaçu foi feita pelo Aluizio Palmar que tem um livro que chama “Onde foi que vocês enterraram nossos mortos” quando inicialmente, no final do governo Fernando Henrique, nós tínhamos conseguido acesso aos arquivos da Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Ele está fazendo uma audiência, hoje.

A SRA. SUZANA LISBOA – Não sei se ele está conseguindo ver essa matéria. Já mandei para ele.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Ah, é?

A SRA. SUZANA LISBOA – Tem que tentar telefonar para ele, e avisar que essa matéria está no ar, mas o ministro, quando foi ministro o Miguel Reale Júnior, uma das primeiras atitudes que ele tomou após uma visita da Criméia e minha a ele, foi abrir os arquivos da Polícia Federal porque ele tinha, estavam sobre sua responsabilidade, e ele tinha enfrentado, como presidente da Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos Políticos as dificuldades que a gente tinha em arrumar arquivos.

Então ele fez essa abertura dos arquivos enquanto a gente buscava saber como proceder ele saiu do Ministério, o outro ministro que assumiu não aceitou a ordem dele e isso ficou até o meio do, entre o primeiro e o segundo turno da eleição presidencial daquele ano, quando eles resolveram anunciar que tinham aberto os arquivos.

Nós deixamos para ver logo depois da eleição do Lula, apesar de que um homem chamado Daniel Lorenz de Azevedo que era subchefe da Polícia Federal, do setor de Inteligência da Polícia Federal sumiu com os arquivos. Essa é uma investigação que até hoje não foi feita, mas o Aluizio foi uma das únicas pessoas que conseguiu ter acesso aos arquivos em Foz do Iguaçu, e ali ele acabou tendo a possibilidade de investigar o que realmente tinha acontecido em Foz do Iguaçu e trazer essa história a público.

Então, cada vez que se tem mais um pedacinho dessa história, é uma lembrança, do meu ponto de vista, sobre a atuação militante do companheiro Aluizio Palmar.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– É verdade, o problema é que o Ivan também foi lá para diligenciar lá e, eu também acho que a gente também devia fazer uma audiência. Ele está fazendo uma audiência hoje lá no Paraná. Estou tentando localizar aqui.

A SRA. SUZANA LISBOA – Lá em Cascavel.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Lá em Cascavel, exatamente. Bom, o Koba conseguiu receber todo o material da família Voeroes, foram, hã? Está aí já? Está baixando? Eu só queria te pedir essa, eu sei que ele era o último, o Danilo vai te mostrar tudo o que tem à disposição que a família mandou, inclusive a última carta dele para a família. Você quer que a gente faça na ordem e deixar? E fazer o Lauriberto, não é?

A Bia está aí, está bom. Então vamos começar pelo Lauriberto. Vai preparando, vê o que dá para imprimir, isso! Então vamos lá, Suzana. Consegui os telefones do José Vitor, viu, Soalheiro. Tem uma divergência entre eu e o Ivan sobre essas coisas aí, não é?

A SRA. SUZANA LISBOA – Eu vi. Está com som aqui? Eu falei exatamente *inaudível*. Eu não aceito o que o Ivan está dizendo, então. Eu não aceito isso.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– *Inaudível*. Nem que você tenha que dar uma assistência para a gente à distância, né?

A SRA. SUZANA LISBOA – Conversar com ele sobre isso?

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Não, comigo. Você precisa dar uma assistência pra gente, mesmo a distância.

Isso o que a Suzana está lendo. Esses materiais que a Suzana está trazendo estão todos salvos e digitalizados? Estão sendo salvos? Ah, os que ela já apresentou também

não deu para, porque é um monte de material. É, mas era bom salvar tudo, não é? Porque é muita...

A SRA. SUZANA LISBOA – Podia chamar a Bia e a Amelinha para a Mesa.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Vem a Bia e a Amelinha para a Mesa. Faz uma plaquinha para a Bia, por favor. Então como a gente fala? Não quero me desconcentrar. Bia vem para a Mesa, por favor?

A SRA. AMELINHA TELES – Adriano, esse material todo é da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Mas está tudo publicado no livro, não?

A SRA. AMELINHA TELES - Não, tudo não porque não tem condições.

A SRA. SUZANA LISBOA – Algumas coisas são dos nossos processos.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Mas está tudo?

A SRA. SUZANA LISBOA – É tudo daqui.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Bia, sente aqui ao lado da Suzana. Bom, vamos lá.

A SRA. SUZANA LISBOA – Bom, nós vamos começar então sobre a história de Lauriberto José Reyes e Alexander José Ibsen Voeroes que foram assassinados no ano de 1972.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Onde, que casa que o Lauri morreu na Vila Prudente? Na casa da Rua Cervantes, não?

A SRA. AMELINHA TELES - Não, no Tatuapé.

A SRA. SUZANA LISBOA – No Tatuapé. Na casa da Rua Cervantes é o

A SRA. AMELINHA TELES – Na Rua Serra de Bragança.

A SRA. - Rua Serra de Bragança.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Na Vila Prudente quem foi?

A SRA. SUZANA LISBOA – É a casa do Mortati.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Mortati?

A SRA. SUZANA LISBOA – Não, o Arantes.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT–Ah! O Arantes.

A SRA. SUZANA LISBOA – “Lauriberto José Reyes nasceu em 20 de março de 1945 em São Carlos. Filho do fiscal sanitário estadual José Reyes Daza Júnior e de Rosa Reyes.

Depois de seu primogênito, o casal teve mais duas filhas. Regina Célia e Roselena. Era conhecido como Lauri entre os colegas no Instituto de Educação Dr. Álvaro Guião onde fez o primário ginásio, e entre os colegas do Colégio Diocesano onde fez o científico.

Durante o científico colaborou assiduamente para o jornal 'O Diocesano', revelando a cada artigo a sua indignação frente a situações de injustiça social.

Em 1965 fez vestibular e ingressou na Escola Politécnica da USP em São Paulo, vindo posteriormente a morar no CRUSP, onde foi, por um período, diretor cultural. Esteve entre os 46 estudantes que, segundo relatório de inquérito policial militar, dominaram o CRUSP em 1968.

Participou da organização do Congresso de Ibiúna e nessa ocasião foi preso. Contudo, no dia seguinte, em 15 de novembro de 1968, escoltado por agentes do DOPS, esteve no enterro de seu pai em São Carlos.

A morte de José Reyes Daza Júnior é mais uma dívida do regime militar com a família. Foi o delegado da cidade de São Carlos, conhecido como Dr. Glauco que o

atropelou. Isso ocorreu quando, dirigindo com imprudência um carro de passeio, essa autoridade passava a uma quadra da residência de Lauri dirigindo-se à Delegacia de Polícia da cidade de São Carlos para organizar um destacamento policial cujo objetivo era reprimir uma manifestação estudantil que ocorria no centro da cidade.

A dor do momento não permitiu ir adiante para contestar conclusão do inquérito policial onde o pai de Lauri passou de vítima a culpado, pois ali alegava-se que ele teria sido imprudente ao atravessar a rua pois não enxergava bem.

A partir de Ibiúna, Lauri ligou-se à Ação Libertadora Nacional. Anos depois, perseguido pela polícia saiu do país através do sequestro de avião em novembro de 1969, fora do país prosseguiu com o compromisso de lutar contra a ditadura militar e como integrante do movimento de libertação popular, voltou clandestinamente para o país.

A versão oficial diz que ele foi morto em combate em 27 de fevereiro de 1972 aos 26 anos. Os textos de todos os jornais que noticiaram o tiroteio é idêntico, identificando a ausência total de liberdade de imprensa.

Desta forma, nunca se saberá realmente o que se passou ali com Lauri e com Alexander Ibsen, estudante secundarista, na época, com 19 anos, mesmo porque, a família de Lauri acreditava ter informações seguras de que ele estaria preso, talvez uma estratégia do Serviço de Inteligência para manter parentes sob controle, talvez simplesmente mais uma tentativa de distorção levada adiante por quadro de subalternos.

Lauri foi enterrado em São Carlos, onde durante uma missa de corpo presente, com motivações e crenças diversas todos cantaram 'prova de amor maior não há do que doar a vida pelo irmão'.

Recentemente, em nove de fevereiro de 1996, a partir do projeto do vereador Emerson Leal, o prefeito municipal de São Carlos, através da Lei 11.133 deu o nome de Lauriberto José Reyes a uma praça localizada no Bairro Parque Santa Marta. A letra de uma música intitulada 'Torrão', de autoria de Lauri, esteve entre as finalistas do festival da canção da TV TUPI em 1968. Estará transcrita em uma placa na praça a ser inaugurada em 03 de abril de 1996.

Ali também se lerá 'Lauriberto José Reyes, estudante são-carlense que lutou pela liberdade e democracia no Brasil. A vida por uma causa.' Essa foi a biografia que os familiares fizeram quando solicitaram a inclusão do nome do Lauri dentre a Lei 9.140 de 1995.

Do Alexander o que a gente tem é muito pouco, a não ser que ele nasceu em julho de 1952 em Santiago do Chile, filho de Alexander Voeroes Toth e Carmen Ibsen Chateau. Foi militante do MOLIPO, ele estudou no Colégio Aplicação da USP até 1969, se preparava para fazer o vestibular do Curso Equipe na capital paulista quando se ligou à ALN. Ele morreu com 19 anos, a biografia dele não chega a ser completa. Isso aqui é para eu ler?

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– É. Essa aqui é a última carta que ele mandou para a família. Você quer começar pela carta?

A SRA. SUZANA LISBOA – “Querida família.” A carta do Alexander à família.

“Eu aqui vou-me embora, afinal tomei a decisão, por isso demorei em cumprir a promessa de escrever novamente. Na verdade, preferia fazê-lo só quando estivesse lá fora, mas imagino que vocês devem estar algo aflitos, examinando as coisas. No final das contas acho que não há problema algum.

Por outro lado, se a prudência me permite a carta, fico impedido de telefonar. Forçado então a permanecer nessa comunicação unilateral mandando notícia sem esperar resposta. É duro.

É, mas não tem problema, a próxima carta virá em espanhol. *Muy* fluente e com remetente importante, e se for telefonar, apelarei, então, para as mais avançadas técnicas modernas, nada mais e nada menos do que o Intelsat. Vamos ver afinal como são as sul-americanas. Aqui parte Dom Juan em sua expedição de reconhecimento e conquista se agradar das latinas tão latinas, pois já dizia Caetano ‘Soy loco por ti América’.

Esta carta começou a ser escrita dia quatro, aniversário da mana e ia inicialmente com a intenção de felicitá-la, na verdade, não perdeu essa intenção original, foi apenas acrescentada, por isso vão junto, ou em anexo, como costumava escrever nas cartas da mamãe, três modestos presentinhos.

Um para Margarida, outro para Jorge, outro para Cristina. São superlegais. Ainda para a Margarida vai um parabéns daqueles bem grandes e ainda mais aquele abraço, como dizia, as intenções dessa carta foram apenas acrescentadas, assim também vai um abraço ao Jorge, à Cristina, à mamãe, ao papai, para todo mundo. Não esqueçam a Aparecida e amigos.

Mas o que eu gostaria mesmo era permanecer no Brasil, no final é chato a gente que passou os anos nessa terra tão intimamente ligado a ela ter que sair. A gente sabe que vai sentir saudades e até desambientado, é por isso que escolhi a América Latina para fixar-me, que apesar das diferenças a gente tem uma certa personalidade continental, um pouco mais para fora, mas a gente ainda está com os seus e ainda existem universidades muito boas por aqui.

Enfim, dá para recomeçar a vida de novo e, pensando bem, não recomeçar, mas começar verdadeiramente. Mas tudo isso é um parêntese para o que eu dizia acima, que eu gostaria mesmo de permanecer no Brasil. Tinha esperanças de esfriar a barra e esclarecer os mal-entendidos, mas sabe qual é o critério desse pessoal, todo mundo é considerado em princípio culpado até provas em contrário.

Na entrevista, dos que se recusaram a sair houve coisas bem interessantes, lá tinha um sujeito que disse, não sei por que estou preso, não, eu não quero pegar uma dessa não, preso sem saber por que e a falta de preocupação com a verdade ficou bem demonstrada com esse belo presente de natal. O processo da VAR-Palmares, coisa com a qual nunca na vida estive metido e nem pensei em fazê-lo e ainda nunca cheguei a conhecer nenhum dos gajos relacionados, pois são todos estudantes da manhã e que já devem ter saído há um bom tempo de lá.

Todos os caras que encontram, tratam logo de relacioná-los com alguma organização e etc. Se eles pudessem prender toda a cidade e só soltar os amigos íntimos, já o teriam feito, mas não tem nada não.

Algo me passou pela mente, afinal, oh, pai, até que somos bastante semelhantes. Essa epopeia não deixa de ter pontos comuns, em algumas coisas às avessas e em outras no mesmo plano, pelo menos um ponto idêntico espero que tenhamos e que acabe tudo bem. Assim será.

Outra coisa que me vem à memória é que nem sempre uma linha reta é o caminho mais curto entre dois pontos, sim, pois eu estando perto de vocês, no mesmo país por causa dessa comunicação unilateral, nunca estive tão longe. Então, paradoxalmente, para a gente se aproximar, deve afastar-se.

Tenho outro ponto que queria abordar já que falo nessa quebra de unilateralidade. Não vamos ser irrealis e voltar-se ao passado. Acho que a missão de vocês em relação a esse filho já está definitivamente cumprida e brilhantemente. Vocês fizeram o que puderam e acho que fizeram bem. Deram-me coisas importantes, ser independente, saber se virar por si mesmo, ter capacidade de tomar suas próprias decisões. Cultura e independência, essas são as duas coisas que fazem o homem mais livre, por isso, esse bicho aqui se considera homem, e sou grato.

Acho que ainda já não se deve dedicar tempo pensando ou se preocupando comigo, esse tempo deve ser utilizado para os três daí, a Cristina, o Jorge, a Margarida e para vocês mesmos. Eles precisam ser homens e vocês já devem se considerar realizados em boa parte. Acho que comigo já cumpriram a tarefa.

Muitas vezes os pais, por um certo egoísmo paternal acham que os filhos devem se fazer pela imagem que eles próprios gostariam de ter sido, não é mesmo? Dependendo das bases em que for colocado, pode ser positivo ou não. O primeiro aspecto positivo dessa atitude é o fato de ela ser voltada para frente. Sempre melhor do que sou, está implícita a ideia de progresso. Agora cada homem tem sua individualidade que o distingue dos outros, e sua, que o aprimora e o faz pertencer à mesma espécie.

Não vamos colocar como objetivo para os filhos aqueles que são apenas projeções individuais que são reflexo do que há de diferente entre os homens, pois o que seria a realização de um pelo outro seria a negação deste. Sempre considerei vocês bastantes esclarecidos neste assunto, não querendo fazer como muita gente que o filho seja médico, por exemplo, porque esse foi o sonho da juventude do pai. Isso de querer

fazer o filho a própria imagem do eu individual é uma realização feita com a negação dos outros.

Por isso, deve-se fixar naquilo que é comum entre as pessoas e que as aproxima, porque é quando um homem se realiza nesse ponto também o faz toda uma sociedade e aí se confirma o progresso. Destina-se não só à continuação do ser humano, mas ao seu constante melhoramento.

Fiquem atentos e verão onde quero chegar. A verdadeira educação liberta o homem. Os pais não devem desenvolver ferramentas pelos filhos, muito menos ainda com elas fazer a casa, mas assim desenvolver as ferramentas nos filhos, isto é, a capacidade de fazê-las. Uma vez na igreja ouvi, se vem uma pessoa e te pede um peixe, não dê, ensine-o a pescar.

Entenderam o que estou querendo agradecer? Obrigado pela vara de pesca, pelos instrumentos que vocês me deram, cultura, honestidade consigo mesmo e aí se consegue para os outros e essa independência, pois quem sabe transmitir essa capacidade de pescar aos outros, pelo que isso tem de quebra de egoísmo, generosidade, confirmação do que há de bom no ser humano, pode e deve, e tem a obrigação de se considerar realizado. Vocês verão só os peixes que eu vou pescar. Peixes que vocês nunca sonharam e sei que vocês vão ficar contentes porque esse era o objetivo de vocês. Tchau.”

(Palmas.)

É muito difícil para mim ficar lendo a última palavra dessas pessoas, é muito difícil, me emocionei muito.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Quer que alguém leia isso aqui? Não é dele, é sobre ele, é da família.

A SRA. SUZANA LISBOA – A Amelinha lê. Está descansada, né Amelinha?

A SRA. AMELINHA TELES – Pode ler? Amelinha Teles, Comissão da Verdade.

“São Paulo, 20 de outubro de 1999. Alexander Voeroes Toth, húngaro e Carmen Ibsen Chateau Voeroes, chilena, casados dia nove de outubro de 1951 em Santiago do Chile, chegamos ao Brasil no dia 28 de agosto de 1952 com um bebê de um mês, como imigrantes com visto permanente.

Nosso filho Alexander José Voeroes Ibsen estudou a partir de 1959 no Grupo Escolar Tomás Galhardo, Rua Marcelina, Vila Romana. Depois, até completar o primário, estudou no Ginásio Escola Técnica de Comércio Mário de Andrade, Rua Caio Graco, 263, Vila Romana. Diplomou-se aí em 19 de dezembro de 1962. No dia primeiro de junho de 1962 fez a primeira comunhão na matriz de São João Vianney, Água Branca. Foi coroinha nessa igreja nas missas do domingo.

No segundo semestre de 1963 fez o quinto ano no Grupo Escolar Pereira Barreto da Lapa, sendo admitido para o curso ginásial no Colégio Campos Sales, Rua 12 de Outubro, 375, Lapa, onde se diplomou dia 19 de fevereiro de 1968.

Por recomendação dos professores do Colégio Campos Sales, fez exame de admissão para o Colégio Estadual Fidelino de Figueiredo, Rua Gabriel dos Santos, 30. Sendo admitido cursou o científico até 1970. Nesse ano ganhou uma bolsa de estudos integral no Centro de Estudos *ininteligível* para candidatar-se no curso de biologia na USP.

Durante os dois primeiros anos do científico, percebi que se falava muito em política. Reclamei com a diretora várias vezes, a qual me convenceu que era próprio da idade e não precisava preocupar-me com isso, pois nós preocupávamos por estarmos acompanhando o momento político do país.

Passou mais de um ano sem ouvirmos falar mais em política. Qual não seria nossa surpresa quando em outubro de 1971, um colega dele chamado César, naquele

tempo com o telefone 288-3359, acompanhado por um grupo de policiais fortemente armados, inclusive com metralhadoras, chegou em nossa casa buscando-o e acusando-o de subversivo.

Revistaram especialmente seu quarto. Levaram certos documentos. Todos os trabalhos escolares, inclusive um sobre Hungria, pátria do pai, que naquela época fazia parte do bloco comunista. Não nos devolveram nenhum desses documentos.

Meu filho tinha muita energia. Desde pequeno se sobressaía pela personalidade, inteligência, sociabilidade, querido e admirado pelos professores, colegas, amigos e vizinhos. Tinha um forte espírito de liderança. Os irmãos adoravam esse irmão mais velho, porque sempre lhes deu muita atenção conversando e brincando com eles.

Como Alexander não apareceu em casa, a polícia retirou-se no dia seguinte. Não mais o vimos. Recebemos uma carta dele dizendo que tentaria sair do país pedindo para não nos preocupar, pois ele era inocente. E no natal recebemos também um cartão.

Ele e um grupo grande de colegas do Colégio Fidelino de Figueiredo, mais conhecido como Colégio de Aplicação, foram processados pela Justiça Militar por subversão. O colega César não foi processado, foi defendido e inocentado pelo advogado nomeado pelos militares, chamado Juarez Alencar, com escritório na Rua Conselheiro Crispiniano, 40, sexto andar, fone 36-4240.

O que mais nos impressionou foi a acusação de Alexander José Voeroes Ibsen é outro estrangeiro que vem fazer subversão no Brasil. Foi membro da VAR, em sua residência houve apreensão de valioso material, às folhas 193 não têm atos plenamente fixados, mas a filiação é o suficiente para uma condenação.

Essa acusação nos doeu muito, pois ele chegou ao Brasil com apenas um mês, a única vez que viajou para o exterior foi quando tinha 10 anos, para conhecer os parentes no Chile, em um passeio de um mês. De cinco de janeiro de 1962 até 07 de fevereiro de 1962. Ele amava o Brasil. Queria naturalizar-se, mas não teve tempo.

Os irmãos mais novos, de 14, sete e cinco anos sentiam muito sua falta e nós estávamos muito preocupados com seu paradeiro. Com a sentença de inocência

sentimos um certo alívio e pensamos que ele voltaria para casa. Em todo o tempo que não soubemos dele fomos vigiados e a nossa correspondência e telefone também.

Dia 28 de fevereiro de 1972, quando assistíamos televisão soubemos que ele tinha morrido em uma emboscada feita pela polícia. Tinha sido metralhado. Teve 17 perfurações à bala. Só no dia 29 a polícia nos entregou o cadáver não permitindo que fizéssemos velório. Foi enterrado no dia primeiro de março no Cemitério da Paz.

O consulado chileno, sabendo da notícia nos chamou, querendo saber se estávamos de acordo em fazer uma reclamação internacional sobre o assassinato dele, pois foi divulgado tanto no processo quanto no comunicado aos meios de divulgação e com ênfase a sua nacionalidade. Muito convenientemente porque na época, o governo chileno era de orientação socialista, sendo basicamente o único pretexto.

Ponderamos que tínhamos mais três filhos menores, todos nascidos no Brasil, queríamos que eles fossem educados respeitando seu país, sem ódio nem rancores, portanto, nos recusamos a fazer qualquer pleito. Carmen de Voeroes.” A mãe de Alexander Voeroes.”

A SRA. SUZANA LISBOA – É muito importante a gente poder anexar essa biografia ao nosso dossiê, porque nós não tínhamos uma biografia do Alexander e nós vamos incluir.

Bom, a versão oficial da morte dos dois foi publicada nos jornais no dia 29 de fevereiro dizendo que dois terroristas, um dos quais natural do Chile, ao dispararem metralhadora e revólver contra agentes dos órgãos de repressão acabaram por atingir e matar o senhor Napoleão Felipe Biscaldi de 61 anos de idade, no cerco realizado domingo na Rua Serra de Botucatu, no Bairro do Tatuapé.

Não foi encontrada perícia de local nem fotos dos corpos que permitissem o exame por parte dos peritos. Isso no caso do Lauriberto, não tem fotos. Nós temos fotos do corpo, do dorso do Alexander, incrivelmente do Lauriberto nós até hoje não achamos, e mesmo no caso do Alexander foi feito um exame na época pelo Celso

Nenevê, mas não foi possível reconstituir a dinâmica do evento em função da falta de informações.

Havia um cerco poderoso no local, uma emboscada, que foi montada com base em informações, uma das pessoas que tinha sido presa forneceu esse local, então eles tiveram suficiente tempo para montar essa emboscada, e por incrível que pareça, a requisição de exame que é a única coisa que nós temos do Napoleão Biscaldi é marcada com um “T”.

Nós não temos foto, nós só temos que ele veio a falecer vitimado por arma de fogo no dia 27 de fevereiro, ele, o corpo dele dá entrada de noite, junto com os outros dois, mas o legista dele é diferente, Paulo Altenfelder fez a necropsia no dia seguinte e o corpo foi retirado pela família.

No caso do Lauriberto e do Alexander, o laudo feito pelo Isaac Abramovitch que já vinha em separado, e a requisição de exame também dá a mesma coisa. O Lauriberto tem tiros na coxa que seriam suficientes para imobilizá-lo, mas são descritos também dois tiros certos na cabeça.

O que foi fundamental nessa história que acho que falta, e seria importante a gente fazer a investigação da história da morte do Napoleão Biscaldi, tentar, a Comissão ter acesso aos outros documentos, porque o nome dele consta na lista do Ustra e sua turma como se tivesse sido morto pelos dois militantes, e na verdade, pelo que a gente levantou o que é fundamental é que a Amelinha faça esse testemunho, porque foi com base na investigação que ela e o Ivan fizeram, esse documento está aqui, não sei se ela quer ler ou se ela quer falar.

Então, foi com base nesse documento que a gente conseguiu provar o que realmente aconteceu, agora, ficam muitas dúvidas. No caso do Lauriberto, especificamente, por que não tem a foto do corpo dele? Mesmo que seja essa foto mal feita, entendeu? Mesmo que seja essa foto aos pedaços, como consta a do Alexander, essa foto do Lauriberto não consta, e por quê? E como foi que se deu a morte do Napoleão Felipe Biscaldi?

Existem situações anteriores de que não houve tiroteio e eles colocam, eles eu digo a ditadura militar, os órgãos de repressão, colocam as vítimas que eles mesmos fizeram na conta da esquerda. Isso aconteceu, por exemplo, no dia da morte do Marighella em que eles matam a investigadora e um dentista que passava pelo local, isso ficou provado, mas mesmo assim eles não retiram o nome de suas listas.

O Napoleão Felipe Biscaldi pode ser uma dessas pessoas que se a gente conseguir provar que ele realmente foi morto pelos órgãos de segurança, a família tem, assim como nós todos os familiares tivemos, o acesso ao que já foi dado em termos de reparação pela Lei 9.140 e pela Lei da Anistia.

Então, eu acho que uma das atividades que poderia se tomar era essa, de fazer essa investigação. Aqui eu vou passar para a Amelinha, para ela ler o relatório que ela e o Ivan fizeram em 1997.

A SRA. AMELINHA TELES – “São Paulo, 08 de junho de 1997. À Comissão Especial dos Desaparecidos Políticos. No último dia 04 de junho, eu Maria Amélia de Almeida Teles e Ivan Akselrud Seixas estivemos na rua Serra de Botucatu no bairro do Tatuapé em São Paulo, onde conversamos com alguns antigos moradores que presenciaram os fatos ocorridos em 27 de fevereiro de 1972, quando foram mortos dois militantes pertencentes ao Movimento de Libertação Popular, MOLIPO.

Alexander José Ibsen Voeroes, 19 anos de idade, estudante secundarista, nascido em Santiago do Chile em 05 de julho de 1952 e Lauriberto José Reyes, 26 anos de idade, nascido em São Carlos no Estado de São Paulo, estudante da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e membro da diretoria executiva da União Nacional dos Estudantes.

Na ocasião deste episódio, foi morto também o senhor Napoleão Felipe Biscaldi, com 62 anos de idade, funcionário público aposentado e antigo morador daquela rua. Chegamos à rua e fomos direto ao número 849 onde morava a família do senhor Napoleão Felipe Biscaldi. Sua família tinha se mudado recentemente e os novos proprietários faziam reformas na casa.

Procuramos por outros moradores. Aconselhados por uma vizinha, fomos à casa da dona Avelina Ruiz, conhecida como “a espanhola” e moradora da casa de número 864 daquela rua.

Esta senhora nos informou que naquele dia em que ocorreram tais mortes ela tinha saído com seu marido e quando voltou não pode entrar no quarteirão, pois os policiais cercaram de tal forma a rua que ninguém podia entrar ou sair.

Soube que pessoas haviam sido mortas sem, contudo precisar quantas, mas tinha certeza que seu vizinho sr. Napoleão foi morto naquele dia por policiais que atiravam pela rua atrás de terroristas ou assaltantes conforme eles mesmos diziam.

Em seguida, falamos com o senhor Adalberto Barreiro, 37 anos de idade, borracheiro de profissão. Trabalha numa borracharia localizada na altura do número 855 daquela mesma rua.

Na ocasião dos fatos, o sr. Adalberto tinha 12 anos de idade e estava de castigo dentro de casa assistindo televisão, era um domingo, quando ele ouviu o barulho continuado de tiro. Morava então, à Rua Tijuco Preto, paralela à Rua Serra do Botucatu. Como os tiros continuavam sendo disparados, um atrás do outro, o sr. Adalberto, movido pela curiosidade própria de um menino, correu pelos fundos de sua casa até a rua Serra do Botucatu.

Em lá chegando viu que um rapaz bem jovem tentava correr mancando e segurando a perna, quando então passa um Opala branco com policiais armados de metralhadora, com metade do corpo para fora que atiraram no senhor Napoleão que saíra de sua casa e procurava atravessar a rua, estourando sua cabeça, e em seguida atiraram no rapaz que mancava, o rapaz também morreu na hora, segundo o sr. Adalberto.

De imediato os policiais o jogaram no porta-malas, o sr. Adalberto tinha certeza de que o rapaz foi morto ao ser baleado.

A rua e as proximidades estavam cercadas de policiais, tinha até metralhadora em tripé nos contou. Os policia gritavam que o rapaz que mancava era uma terrorista,

ele ainda acrescentou que viu uma japonesa que estava presa dentro do carro. Ele insistiu em dizer como estava toda aquela redondeza, cheia de polícia e bem armada, era um cerco e parecia uma guerra, todo mundo viu ou ouviu que o sr. Napoleão foi morto pela polícia, mas era um tempo em que todo mundo tinha medo de falar, disse o borracheiro.

Ele também disse que os policiais e as pessoas comentavam que o outro terrorista também tinha sido morto no outro quarteirão. O borracheiro nos orientou para que falássemos com a dona Maria Celeste Matos, à época, amiga do sr. Napoleão e que continuava morando na rua, na mesma rua, na casa de número 846, na rua Serra de Botucatu.

Dona Maria Celeste, ainda hoje com muito medo e nos pedindo para não ser envolvida em assuntos de polícia, nos falou que naquele domingo, dia 27 de fevereiro de 1972, o esquadrão da morte comandou uma ação militar em alguns quarteirões da rua. Fez um cerco e colocou um homem armado em toda a extensão da rua. Colocou homem armado.

Do lado da minha casa, ali mais adiante, ela fala, apontando umas duas ou três casas próximas à sua, havia um campinho de futebol, meu filho e o do sr. Napoleão estavam jogando bola lá. O sr. Napoleão estava em casa pintando um varal de roupas para mim. Ele ouviu tanto tiro, um atrás do outro, e ele então falou à sua esposa, Dona Alda que ele iria buscar seu filho que estava jogando bola no campinho, foi quando ele saiu para rua e foi executado pelo esquadrão da morte que saiu atirando pela rua afora.

Naquela hora, eu, meu marido e minha família chegamos aqui na porta, vimos um menino vestido com short ser morto e colocado no porta-malas no carro da polícia. Meu marido pensou tratar-se do nosso filho que jogava bola vestido de short. Ele falou com o esquadrão da morte que eles tinham matado nosso filho.

Minha filha ao ver a cena desmaiou e eu procurei cuidar dela. Meu marido ficou junto do carro do esquadrão da morte sem arredar o pé de tão nervoso. Foi então que os policiais abriram o porta-malas e mostraram para ele que o rapaz morto não era seu filho.

Dona Maria Celeste diz que acha que o mesmo sucedeu ao outro moço que também foi morto, isso porque os policiais explicaram aos moradores que os mortos eram terroristas. O corpo do sr. Napoleão ficou na rua exposto ainda por mais de cinco horas naquele dia, até que o carro do IML fosse buscá-lo. Assim dona Maria Celeste completou seu relato.

De acordo com a nossa pesquisa, pudemos concluir que o rapaz que foi morto junto ao senhor Napoleão foi o Alexander José Ibsen Voeroes, e o que foi morto no outro quarteirão foi o Lauriberto José Reyes. Ambos sumariamente executados pelos policiais fortemente armados e emboscados na rua Serra de Botucatu, de acordo com os relatos que pudemos ouvir 25 anos após a ocorrência daqueles fatos.

Chamou-nos a atenção o fato de que os corpos dos dois militantes políticos mortos foram colocados em porta-malas dos carros usados pelos policiais enquanto o Sr. Napoleão Felipe Biscaldi foi deixado na rua para os procedimentos rotineiros, perícia policial do local e transporte do morto para o IML, o que demorou mais ou menos cinco horas.

Isso confirma a suspeita de que os laudos dos opositores políticos mortos eram forjados, feitos sem nenhum rigor técnico. No caso dos laudos dos dois militantes políticos, Alexander e Lauriberto, o médico legista que assinou foi o Dr. Isaac Abramovitch, esse médico ficou bastante conhecido por nós por assinar vários laudos necroscópicos onde respondeu sempre negativo ao item se houve tortura, mesmo em casos em que diferentes testemunhas assistiram às torturas daqueles que foram mortos devido ao excesso de maus tratos.

No caso do sr. Napoleão Felipe Biscaldi, seu laudo necroscópico foi assinado por outro legista, Doutor Paulo Altenfelder.

Maria Amélia de Almeida Teles, Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– De quando é este relatório?

A SRA. AMELINHA TELES – Quando? De 1997.

A SRA. SUZANA LISBOA – Eu fico muito com a sensação de que eles podem inclusive ter saídos vivo ainda dali. São tudo sensações, não é? Por que deixaram ali o corpo do Napoleão Biscaldi? Então é porque não foi para o IML que os corpos do Alexander e do Lauriberto foram levados, né? Eu não tenho dúvida em relação a isso.

Se a gente for verificar a situação dos tiros que eles levaram, entendeu? No braço e na perna já seria o suficiente para imobilizar. Então, acho que mais uma vez nós temos que pedir a documentação referente ao Lauriberto, ao Instituto Médico Legal e ao DOPS, tentar verificar se há fotografia e tudo o que constar sobre o Napoleão Biscaldi.

Eu não teria outras coisas a acrescentar, a não ser alguns absurdos do tipo o Alexander entra no IML de camisa listrada e de cuecas, ele não tem calça e tem só um par de sapato.

A SRA. AMELINHA TELES – Um pé de sapato.

A SRA. SUZANA LISBOA – Só um pé de sapato, o outro, o sapato até posso até entender, agora de short ele não estava, ele estava sem calça.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Vem cá, vocês viram esse atestado de óbito aqui do Napoleão? Repararam que ele foi aquinhado com um “T”?

A SRA. SUZANA LISBOA – Sim, eu comentei isso, que a única coisa que a gente tinha era essa requisição de exame que possui um “T”, então, eles, de alguma forma, por esse “T” estão assumindo que o Napoleão foi morto por eles, mas nós não

temos outros documentos relativos a isso e nem, vamos ver se localizamos algumas outras informações, ou no arquivo do IML que não nos facilitou nunca nada na vida, ou no arquivo do DOPS. É, acho que, vamos ver se a Beatriz quer falar alguma coisa. Passar para a Beatriz, não sei. Tu falas o que tu quiseres da vida dele. Fala o que quiser.

SRA. BEATRIZ CINTRA LABAKI – Eu vou falar um pouco da volta do Lauri. Ele voltou para o Brasil vindo de navio, ele veio de Florença, ele disse assim, “você precisa ir para Florença, é a coisa mais linda do mundo, vai lá. Vai lá.” Ele ficou entusiasmado com a viagem, arranjou um amigo na viagem que morava, que era um italiano que tinha vindo para o Brasil visitar a família, nós até fomos visitar esse italiano que morava ali na, a família dele era ali no Bom Retiro.

Passamos um final de noite muito agradável, eles fazendo muita festa e ele pediu para eu não falar nada, para eu não abrir a boca. Faz de conta que você não está entendendo muito bem a conversa porque a gente vai conversar em italiano e esses negócios.

E a partir daquele momento a gente passou a se encontrar. Antes disso eu tinha, quando o Márcio Beck Machado chegou de volta aqui ele procurou uma pessoa que não quis ficar em contato com ele e essa pessoa me passou o Márcio, e eu fiquei em contato com o Márcio de março de 1971 até a chegada do Lauri.

A SRA. SUZANA LISBOA – Foi quando isso?

SRA. BEATRIZ CINTRA LABAKI – Em setembro de 1971. O Márcio, bom, e daí eu passei o Márcio para o Lauri, os dois ficaram em contato e eu passei a ficar como contato do Lauri. A gente se encontrava umas duas vezes por semana e a gente andava um pouco por aí. Quando eu tinha carro a gente saía junto.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Fale mais perto do microfone, Bia, para gravar, por favor.

SRA. BEATRIZ CINTRA LABAKI – E ele percebeu logo no início que eles estavam muito sem infra, sem, as dificuldades de se alojarem. Ele chegou, o Lauri quando chegou ao país ficou em um hotel aqui na Paraíso, perto da Avenida Paulista, alguns dias, até conseguir um outro local para morar. Ele comentou um pouco da dificuldade de manter contato com as pessoas e de as pessoas quererem participar de alguma forma da MOLIPO, enfim.

Eu acho que eles tiveram bem a noção de como a gente estava desorganizado e sem estrutura para conseguir ajudá-los naquele momento. E no dia 03 de novembro eu fui detida, fui levada para a OBAN e não sei se por sorte, a pessoa que me interrogou, quando ela sentou na minha frente eu disse pra ele, mas Raul, como é que você tem coragem de me interrogar? A gente vive junto na casa da tia *ininteligível* você vive na casa, você estudou com o Gentil, como é que você me interroga? Ele disse “mas eu não sou o Raul” e eu dizia você é o Raul.

Na realidade, esse rapaz era sócia de um amigo de um primo, do meu primo. Então, durante muito tempo eu discuti com esse rapaz como é que ele me interrogava. Então, com isso eu tive um fôlego, um certo fôlego para pensar no que, quando eles me perguntassem, o que eu iria responder. E daí eu consegui dizer que eu não tinha ponto com o Lauri, que ele me ligava e que eu me encontrava com ele.

Eles me perguntaram o porquê eu me encontrava com ele e eu disse, eu me encontro com ele porque sou apaixonada por ele, eu gosto dele, entendeu? Mas eu não tenho nada a ver com isso. A hora que ele deixar de ser clandestino a gente vai casar.

Foi uma história muito maluca e, no fundo, eu acho que eu tinha uma cara de boa menina e não tinha feito nada a não ser encontrar com ele, não tinha mais nada que, eles acabaram me libertando no final da manhã com a orientação de ficar à disposição deles, e eu tinha dito que o Lauri, quando queria se encontrar comigo, me ligava na Escola de Sociologia e Política.

Então eles passaram a me seguir e eu fiquei durante, praticamente três meses, até dezembro, com a obrigação de estar na escola às 8h da manhã, só sair ao meio-dia, esperando o telefonema do Lauri, e daí eu perdi o contato com ele.

Mas o Lauri era uma pessoa bem humorada, uma pessoa feliz, uma pessoa que estava sempre rindo, sempre achando que a vida era bela, e essa foi uma grande perda, eu também vi a notícia pela televisão.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Bia, mas você conhecia o Lauri do CRUSP? Por que a primeira prisão dele foi com o Barrigueli, não foi? E com a Vera?

SRA. BEATRIZ CINTRA LABAKI – Não sei.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– O Cláudio Barrigueli, eles eram do CRUSP, não era?

SRA. BEATRIZ CINTRA LABAKI – Eram do CRUSP, eram.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– E aí, quando ele foi preso a primeira vez? No congresso ou ele foi preso depois?

SRA. BEATRIZ CINTRA LABAKI – Eu não sei. O Lauri foi preso no congresso de Ibiúna. O Lauri não foi para o congresso.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Ele saiu no sequestro da Jessie Jane, aquele da Varig?

SRA. BEATRIZ CINTRA LABAKI – Não, ele estava em Buenos Aires, mas saiu ele, o tenente, o Márcio Beck, a Maria Augusta, não sei mais quem.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Aí eles foram de Buenos Aires?

SRA. BEATRIZ CINTRA LABAKI – Foram de Buenos Aires para Cuba, lembra?

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Lembro sim, 1969, não é?

SRA. BEATRIZ CINTRA LABAKI – Ele na realidade não estava no congresso de Ibiúna. Ele não era delegado. Ele fazia parte da infra que ficou aqui em São Paulo, e quando caiu o congresso eles, a gente estava reunido e ficou determinado.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Você ficou presa com ele no congresso?

SRA. BEATRIZ CINTRA LABAKI – Eu não fui pro congresso.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Ah, você também não foi?

SRA. BEATRIZ CINTRA LABAKI – Eu fiquei aqui em São Paulo. Como eu era motorista, vamos dizer assim do pessoal.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Entendi.

SRA. BEATRIZ CINTRA LABAKI – E aí quando caiu o congresso, ele foi...

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Você fazia sociologia, quer dizer que você não era contemporânea dele na USP, você estava na sociologia e política, não é?

SRA. BEATRIZ CINTRA LABAKI – Sociologia e política.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Você só o encontrou quando ele voltou para o Brasil, quando ele voltou da Itália?

SRA. BEATRIZ CINTRA LABAKI – Não, eu conheci o Lauri em 1968, um pouquinho antes do congresso de Ibiúna. Quando ele tinha voltado do norte, eu não sei, em uma conversa eu conheci ele contando dos preparativos que tinham sido feitos da viagem lá no nordeste, os contatos que ele tinha tido e não sei o quê.

No congresso de Ibiúna eu fiquei como motorista, levava o pessoal para o congresso e a gente acabou se encontrando nesse dia em que o congresso caiu e a gente reuniu todo mundo que tinha ficado aqui em São Paulo. O Lauri foi com um rapaz do Paraná num caminhão para buscar o pessoal, para tirar, a tentativa era ver que a liderança queria sair para tirar a liderança, mas aí ele caiu, chegou lá e já estava cercado, ele caiu.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Ele foi lá, ele caiu lá no congresso?

SRA. BEATRIZ CINTRA LABAKI – Ele caiu no congresso, mas ele não era delegado.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Aí saiu logo em seguida?

SRA. BEATRIZ CINTRA LABAKI – Ele saiu dois dias depois com a morte do pai dele.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Ah, quando ele vai ver o pai lá em São Carlos. Entendi. Aí ele sai do Brasil e vai por Buenos Aires e vai embora?

SRA. BEATRIZ CINTRA LABAKI – Vai embora e fica...

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Fica quanto tempo em Cuba?

SRA. BEATRIZ CINTRA LABAKI – Ele saiu em 1969, volta em setembro de 1971, dois anos.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– E ele volta pela Itália?

SRA. BEATRIZ CINTRA LABAKI – Ele volta pela Itália.

A SRA. SUZANA LISBOA – Ele já volta com o MOLIPO, né?

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Já volta pelo MOLIPO, não é?

SRA. BEATRIZ CINTRA LABAKI – Já volta pelo MOLIPO, é. O Márcio Beck Machado chega em março, e o Lauri chega em setembro.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– O que, março de que ano? Eu sei, de 1972 o Márcio chega?

SRA. BEATRIZ CINTRA LABAKI – Márcio Beck Machado.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Eu sei, sim. Ele chega em 1972? O Márcio chega?

SRA. BEATRIZ CINTRA LABAKI – Em 1971.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Ah, ele chega em 1971?

SRA. BEATRIZ CINTRA LABAKI – O Márcio chega em 1971, março de 1971.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– E ele vem com a Maria Augusta, o Márcio?

SRA. BEATRIZ CINTRA LABAKI – Não, a Maria Augusta foi depois.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Vem depois.

SRA. BEATRIZ CINTRA LABAKI – A Maria Augusta é depois.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– E ele foi para o Pará, o Márcio, depois que ele vai para Goiás, né?

SRA. BEATRIZ CINTRA LABAKI – Rio Verde é. Ele vai para Rio Verde...

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– E o Lauri também não vai para o campo, vem para a cidade?

SRA. BEATRIZ CINTRA LABAKI – Não, eles ficam na cidade. Até o momento em que eu tive contato eles ficavam na cidade.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– E quem era o grupo dele do MOLIPO? Era o Artur Scavone, o Gianini, era esse grupo?

SRA. BEATRIZ CINTRA LABAKI – Eu não sei.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Porque eu fui falar com o André, eu encontrei o André Tetsuo porque vai ser homenagem da família do Voeroes vai ser nove, não é Koba? Nove lá na Pedagogia. Eu fui convidar o pessoal do MOLIPO e o André falou que não conhecia o Voeroes. Que não era grupo, qual era o grupo? Gianini, o?

SRA. BEATRIZ CINTRA LABAKI – Eu não sei.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Ah, isso aí do MOLIPO

SRA. BEATRIZ CINTRA LABAKI – Não

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Mas você encontrou o Scavone.

A SRA. SUZANA LISBOA – Fazem levantamento da morte do Lauri.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– É, não, eu perguntei do André. Realmente o Scavone.

A SRA. SUZANA LISBOA – O Scavone, sim.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– O Scavone sim, né?

A SRA. SUZANA LISBOA – Artur Scavone.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Artur? Está bom. Então, quando ele voltou ao Brasil ele te, vocês...

SRA. BEATRIZ CINTRA LABAKI – Eu acho que eu fui a primeira pessoa que ele procurou.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Ah é?

SRA. BEATRIZ CINTRA LABAKI – Ele chegou na minha casa um dia à noite, lá pelas 7h da noite, me convidou para sair e, a partir daí a gente, na semana seguinte eu pus ele em contato com o Márcio Beck, e daí eu deixei de ter contato com o Márcio Beck Machado e fiquei em contato com o Lauri.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Ah, você deixou de ter contato com o Márcio.

SRA. BEATRIZ CINTRA LABAKI – Márcio Beck, é.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT–Você quer ler este documento do Artur, não? É, porque nós estamos querendo juntar o povo lá no dia nove. No dia nove, lá na Pedagogia, na Faculdade de Educação vai ter uma cerimônia pelo Voeroes.

A SRA. SUZANA LISBOA – É um depoimento do Artur Machado Scavone que nós tomamos também na época da montagem do processo para a Comissão Especial sobre o assassinato do Lauri.

“Eu, Artur Machado Scavone, brasileiro, casado e filho de Paulo Scavone e Maria José Machado Scavone, nascido na cidade de São Paulo em 11 de setembro de

1949, pelo presente documento dou testemunho de informações que se referem ao assassinato de Lauriberto José Reyes, militante comunista do movimento de libertação popular, em fevereiro de 1972.

Passei a ser perseguido pelo regime militar desde o fim do ano de 1971 quando me tornara presidente do Centro Acadêmico de Instituto de Física da Universidade de São Paulo. No final do ano de 1970 ingressei na Ação Libertadora Nacional e posteriormente passei a militar no movimento de libertação popular, MOLIPO.

Como pode ser pesquisado em vários documentos, livros e depoimentos que relatam essa época, o MOLIPO teve como expoente de sua organização, vários companheiros que exilados, deportados ou resgatados estiveram em Cuba para posteriormente voltar ao Brasil, Lauriberto José Reyes foi um deles.

Quanto a seu retorno ao país, foi colocado em contato para integrar-se ao movimento e adequar-se à realidade, foi nessa passagem que fiquei conhecendo Lauriberto como companheiro de organização política e amigo. Esses fatos podem ser comprovados, também, por meus depoimentos que instruíram o processo judicial militar que me condenou.

Em 24 de fevereiro de 1972, no mesmo dia em que o edifício Andraus, no centro da cidade de São Paulo incendiou-se, fui emboscado, ferido com cinco tiros e preso pelos policiais militares da Operação Bandeirantes, OBAN, sediada na Rua Tutóia, em São Paulo.

Por força dos ferimentos e dos interesses que comandavam a Operação Bandeirantes foi decidida a manutenção da minha vida, fui levado ao hospital militar do Mandaqui para tratamento e recuperação, onde algemado a uma cama de enfermaria de uma cela passei uma semana aguardando melhora.

Neste período, as três equipes da OBAN se revezaram em visitas à minha cela buscando informações e aguardando minha liberação para os instrumentos, para os interrogatórios livres das inconveniências de uma cela de enfermaria de hospital, aberta à presença de doentes e familiares indesejados.

Para mim pesava uma grande preocupação, como enfrentar os interrogatórios já que havia um conjunto de companheiros com quem eu tinha pontos de encontro e de segurança para eventuais desacertos? Lauriberto era um deles. As frequentes visitas e importunavam, mas foi em uma dessas oportunidades que o capitão José, comandante de uma dessas equipes chegou para sua visita com um humor estranho, sorridente, com ares de vitorioso.

A sua rotina, é bom precisar, era de profunda aspereza, desdém e agressividade. Postura típica dos chefes da tortura que buscavam mostrar a indiferença dos que detêm o poder sobre a vida e a morte e que, portanto, devem ser agradados e jamais contrariados.

Mais uma vez passou a ameaçar-me com a morte caso eu não cooperasse. Deveriam ter se passado cerca de três dias desde quando havia sido preso. Não me é possível precisar com exatidão quantos dias, mas essa visita em particular gravou-se em minha memória porque seu sorriso indisfarçável comemorava mais uma captura e morte. 'Desta vez pegamos gente grande, lembra-se dele?' perguntou-me mostrando um jornal que noticiava a morte de Lauriberto. Evidentemente o fato causou-me repulsa, medo, revolta e profunda tristeza.

Mais um companheiro com quem havia convivido havia sido assassinado, mais uma vida dedicada à liberdade havia sido silenciada. O capitão José era um homem que pretendia lidar com psicologia ou psiquiatria e metia-se a buscar razões para a opção feita por toda aquela juventude de opor-se à ditadura militar.

Depois de passadas as sessões de tortura e satisfeitos os desejos das equipes de informação, e os pessoais dos interrogadores, passava o dr. José. Assim ele era chamado algumas vezes ao procurar diálogo com os presos.

Sua equipe, entre os que faziam papel de má, foi requintada na tortura e assassinato dos que lhe chegaram as mãos. São Paulo, 15 de junho de 1997, Artur Machado Scavone”.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Suzana, como é? Tem alguma informação de como eles chegaram até eles lá?

A SRA. SUZANA LISBOA – Eu sei que há uma pessoa que tinha sido presa e que passou a informação do encontro que tinha com eles, mas eu não sei dizer quem era e não acho que.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Foram buscar em casa, né? Eles moravam lá ou não? Ou lá era ponto?

A SRA. SUZANA LISBOA – Era ponto.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Ah, era ponto. Eles moravam, descobriram onde eles estavam morando? Eles foram? Os dois estavam no ponto?

A SRA. SUZANA LISBOA – Imagino que sim.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Estou perguntando, não estou insinuando, estou perguntando.

A SRA. SUZANA LISBOA – 1 **A SRA. SUZANA LISBOA** – Eu não sei, eu imagino que sim, que era um ponto com os dois e a emboscada foi feita porque alguém entregou esse encontro.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Entendi.

SRA. BEATRIZ CINTRA LABAKI – Eu estranho muito.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Bia com a palavra, Beatriz com a palavra.

SRA. BEATRIZ CINTRA LABAKI – Eu estranho muito porque assim, para cada ponto que a gente marcava, tinham três pontos, você marcava um, cobria aquele ponto, daí tinha uma indicação do segundo ponto e daí você ia para o terceiro ponto.

Era muito, era uma coisa muito difícil de você encontrar, você tinha que demandar um certo tempo. Eu acho que as pessoas abriam logo o terceiro ponto, porque não é possível, entendeu? As pessoas caírem com uma facilidade.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Você tem alguma informação de como eles chegaram neles dois, alguém, quem teria levado eles para os dois?

SRA. BEATRIZ CINTRA LABAKI – É uma japonesa.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– A japonesa que estava, essa que a Amelinha relata.

SRA. BEATRIZ CINTRA LABAKI – É, foi uma japonesa.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– MOLIPO, japonesa.

SRA. BEATRIZ CINTRA LABAKI – Na época a gente tinha até o nome dela.
Na época a gente tinha o nome dela.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT–Ah, é? Você tinha o nome?

SRA. BEATRIZ CINTRA LABAKI – Na época a gente tinha, sim, o nome da
menina.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Amelinha...

SRA. BEATRIZ CINTRA LABAKI – Eu acho que o Airton Soares ou algum
dos advogados devem ter esse nome. Eu não me lembro mais.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Amelinha, tinha até
metralhadora de chão? De tripé? Os caras fecharam a quadra?

A SRA. AMELINHA TELES – Fecharam toda a quadra. Agora, eu queria fazer uma sugestão assim. O senhor Napoleão Biscaldi, num primeiro momento foi considerado como terrorista porque os policiais já, para justificar, digamos assim o assassinato que eles cometiam, eles já chamavam a vítima de terrorista. Então, eu acho que isso aqui, esse “T” de terrorista é muito sintomático porque é a própria polícia reconhecendo que matou. Matou, então vamos colocar terrorista para justificar, não é?

E tem um senhor que pede a requisição de exame que é o senhor José do Carmo Balareto que eu acho que valeria a pena a Comissão da Verdade investigar, saber quem é esse senhor e chamá-lo para uma audiência, para ele explicar se ele recebeu essa requisição já com o “T” ou se foi ele que classificou o sr. Napoleão Biscaldi como um terrorista, porque esse “T” é “T” de terrorista porque a gente já conhece muitos laudos, a gente viu.

O Napoleão Biscaldi, é, isso ficou muito claro para mim que fui lá, eu e o Ivan Seixas, que o sr. Napoleão era um morador antigo da rua, dessa rua Serra de Botucatu, não é? E que ele, naquele dia estava na casa da dona Maria Celeste pintando ali o varal para ela e quando ele começou a ver muito tiroteio lembrou que o filho dele estava no campinho e ele correu lá para buscar. Na hora que ele correu, os caras, a rua estava cercada, eles mataram, não é?

Isso ficou muito claro, então eu acho caberia para ter maiores, além de buscar maiores... lá ninguém deu o endereço da família do Napoleão Biscaldi na época, em 1997, até com medo de mexer com aquela família que já é extremamente vítima, todo mundo lá fala, é vítima do esquadrão da morte. A repressão política tinha esse nome "esquadrão da morte" ali naquela rua, naquele quarteirão, isso ficou muito claro.

Então acho que a investigação passa pela convocação desse senhor que eu falei o nome aqui, José do Carmo Balareto e ele explicar como é que ele recebeu esse corpo. Porque esse senhor recebeu o corpo e fez a requisição, ou ele foi até o carro do IML, é um delegado de Polícia. Esse senhor é um delegado de polícia, ele não é, é uma autoridade, ele deve inclusive ter aberto o inquérito policial depois de entregar esse corpo para os familiares que o enterraram aqui no Araçá. O sr. Napoleão está enterrado aqui no Araçá, no cemitério do Araçá.

Agora outra coisa que ficou claro ali naquele momento é que ninguém viu o Lauriberto ser morto. Quem gritava que o Lauriberto havia sido morto eram os policiais. Falavam que tinha um outro terrorista morto, nem falavam o nome de Lauriberto.

Esse nome não foi falado, nós é que concluímos que era porque essa história vem sendo contada há muito tempo, antes de a gente fazer essa pesquisa. Aliás, a gente só pode fazer essa pesquisa porque essa história já era contada, tinha o nome da rua e o número da casa, por isso que nós fomos lá, né? Então, ninguém viu o Lauriberto, ninguém viu, todo mundo imagina que ele estaria no carro, essa é uma questão.

Agora a outra é que o Alex...

SRA. BEATRIZ CINTRA LABAKI – Isso é verdade, que eles foram com um carro para lá. Eles não estavam a pé, eles foram com um carro.

A SRA. AMELINHA TELES – Não, o carro era da polícia.

SRA. BEATRIZ CINTRA LABAKI – Não!

A SRA. AMELINHA TELES – Estou dizendo que eles,

SRA. BEATRIZ CINTRA LABAKI – Tá bom, tá bom. Depois...

A SRA. AMELINHA TELES – Que os moradores comentam era o carro da polícia, que teria um morto já, um outro terrorista morto e que acabaram de matar um outro terrorista, o outro terrorista que o pessoal viu era o Alexander José Ibsen Voeroes.

Eu concluí, eu e o Ivan, nós concluímos porque são mortos dois, ele era um rapaz, um menino, tinha 19 anos, o que ele era? Um menino, né, gente? E ele estava com short, segundo, tanto é que o homem, o marido da dona Maria Celeste, ela fala isso com insistência, porque o filho dela estava jogando no campinho, e o pai, o marido dela, que na época já tinha morrido, ele não saiu, não tirou pé ali da viatura até ver o corpo, porque ele achava que o corpo era do filho dele. E que tinha sido morto ali na rua Serra de Botucatu, em volta desse número 800, né?

A SRA. SUZANA LISBOA – Estranho, um menino de short?

A SRA. AMELINHA TELES – Pois é. Agora ele viu esse corpo e esse corpo não era do filho dele, foi o que deixou ele mais, digamos assim, que ele foi voltando ao normal. Porque a dona Maria Celeste conta é um drama. A filha desmaia, aquilo ali é, nós estamos em uma praça de guerra, nós estamos falando de uma praça de guerra. Então era um horror.

Esse menino que hoje é um borracheiro, quer dizer, hoje o que eu falo é em 1997 o ano, eu falo de 20 anos atrás. Ele conta também com muitos detalhes. Eu acho que merecia no caso, merecia embora seja difícil nós, eu e o Ivan, nós tivemos muitas vezes vontade de voltar lá para levantar mais informações, mas nossa vida às vezes não permite, né?

Mas a Comissão da Verdade talvez pudesse ter uma equipe de investigação, um grupo, algumas pessoas, uma ou duas, ou eu mesma e o Ivan porque nós somos da Comissão, voltar lá e ver, tentar fazer uma pesquisa em volta dos quarteirões, porque diz que o Lauriberto teria sido preso no outro quarteirão, eles falam isso.

SRA. BEATRIZ CINTRA LABAKI – Eles estavam no carro?

A SRA. AMELINHA TELES – Preso ou morto. É.

SRA. BEATRIZ CINTRA LABAKI – O Lauri, na época, eu me lembro bem que eles estavam de carro, eles foram pro ponto de carro e o motorista, segundo informação, era o Alexandre.

A SRA. AMELINHA TELES – Fala no microfone.

SRA. BEATRIZ CINTRA LABAKI – Ah! Desculpe.

A SRA. SUZANA LISBOA – Eu queria fazer uma observação. Eu acho que a Comissão da Verdade pode tentar localizar a presa política da época que forneceu essas informações, mas eu queria deixar muito claro assim, mesmo que eu tivesse nesse momento o nome dela eu não iria declinar porque isso foi, essa informação foi obtida sob tortura, sabe-se lá em que condições.

E não somos nós hoje que vamos expor dessa forma a uma nova dor, mas ela estava presente nesse momento. Ela pode nos ajudar com informações, ela pode ajudar a Comissão com informações, assim como muitos outros presos políticos, entendeu?

E que as pessoas têm muita dificuldade. Eu sei que isso é um drama e é muito violento para cada um dos que viveram essa dor e chegaram ao extremo dessa dor que é saber que com a sua informação um companheiro foi morto. Mas eu acho que passados tantos anos, estamos nós aqui tentando ainda mostrar, buscar a verdade e a justiça, para nós que estamos nessa busca é muito difícil que essas pessoas que viveram esses fatos não nos deem informações, é muito difícil.

Porque uma informação pode mudar o norte da investigação que a gente está fazendo. Não é único caso hoje que vai ser colocado em que esta informação é

fundamental. Há outros que são fundamentais até porque as pessoas eram levadas ao local, então.

Isso para nós é fundamental, é um apelo que a gente faz. Eu acho que o Ivan e a Amelinha poderiam tentar localizá-la e ver se ela nos ajuda com mais informações.

O SR. IVAN SEIXAS – Reservadamente?

A SRA. SUZANA LISBOA – Ouvir reservadamente é obvio, entendeu? Ouvir reservadamente a ela e a outros tantos que possam procurar a Comissão com esse intuito. Muitas coisas a gente vai poder vir a esclarecer.

Se ela estava presente, por exemplo, ela pode ter visto outras coisas da emboscada, entendeu? Assim como ontem a gente fez a denúncia de que a Ana Maria Nacinovic nos confirmou que existiu um caminhão da “Folha” na emboscada da João Moura, ela pode nos trazer outras informações que ajude a esclarecer e até esclarecer a própria morte do Napoleão Biscaldi, não sei nem se ela não viu.

Se essa família não tem direitos iguais aos que nós que somos familiares de militantes políticos temos, porque da mesma forma como ele foi executado, se ele foi executado pela, pelos órgãos de segurança a família tem esse direito. Eu acho que a gente devia, a gente tem que incentivar as pessoas a nos dar essas informações. Eu acho que inclusive, eu penso que deve aliviar a dor.

Eu imagino que essa dor permaneça durante tantos anos, mas eu penso que nos dar essas informações, entendeu? Isso não foi uma fraqueza, não se trata de discutir mais isso, eu acho que. Eu já tive opiniões e posturas opostas em relação ao que eu estou dizendo agora, porque na minha época de militância eu tinha outra opinião sobre esse assunto evidentemente.

O tempo nos faz, nos distancia a ponto da gente entender a reação de cada um. Quem matou foi a ditadura militar, se não fosse a informação do fulano, do beltrano,

seria de outro. Então, a responsabilidade é da ditadura. Todos os que foram presos que são vítimas da ditadura da mesma forma. Então eu acho que fica este apelo.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Bom, a gente tinha, Beatriz.

SRA. BEATRIZ CINTRA LABAKI – Na época, eu me lembro que se comentava muito de que o motorista era o Alexandre. O do carro que eles foram para lá.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Era o Alexandre?

SRA. BEATRIZ CINTRA LABAKI – Era o Alexandre o motorista. Eu não sei se isso tem alguma importância, mas era uma coisa muito falada aquilo.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Entendi.

SRA. BEATRIZ CINTRA LABAKI – Não sei se é porque ele era mais jovem.

A SRA. AMELINHA TELES – Assim, o borracheiro, eu vou chamar o Adalberto de borracheiro porque a gente até fez a entrevista com ele, né Ivan? Dentro da oficina, né? Ele falava de um rapaz que corria mancando, quer dizer a impressão, ferido. Eu tinha a impressão que ele e que agora, ele fala do short, está escrito inclusive no nosso relatório, ele fala desse short.

Se ele foi dirigindo de short ou não, eu não sei. Mas ele fala assim, mancando. A impressão, assim, fica muito claro que ele estava ferido e quando chegou lá junto a esse número eles mataram.

Eles mataram e puseram dentro do porta-malas, aí então vem esse senhor que é o marido da Maria Celeste perguntar, berrar, "é meu filho!" Achou que era o filho porque ele viu o menino de short. Depois que os policiais tiveram que abrir o porta-malas e mostrar para ele. Então, para mim esse era o, para mim e para o Ivan, naquele dia era o Alexander José Voeroes por toda a explicação que deram.

Agora, o Lauri nós não tivemos informação. Só falavam que era no outro quarteirão, mas ninguém disse. Eu até pensei assim, não sei por que razão nós devíamos ter ido no outro quarteirão para ver se achava alguém, bater de porta em porta.

Não, não, nós não chegamos a ir no outro quarteirão, nós fomos só naquele. Naquele nós fomos, no 800 e pouco, nós fomos no outro. Aí depois na outra rua nós fomos, mas não assim, acho que a gente tem que voltar e fazer uma investigação em alguns quarteirões dessa rua antes 848, que parece que é o número onde o Alexander foi morto.

Agora, em relação à pessoa, eu acho, a pessoa que entregou, alguém entregou o ponto, né? Uma pessoa entregou e, sob tortura, a gente sabe que não foi nada fácil, né? Todas essas pessoas foram obrigadas, né? Diante de muita tortura a dar uma informação para o inimigo, essas pessoas, é muito pesado isso.

Eu acho, a gente tentar conversar, a gente localiza e tenta conversar, mas numa conversa reservada mesmo.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Oh, Amelinha, por que que aqui está escrito que o endereço...?

A SRA. AMELINHA TELES – Do filho.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Ah! Do filho.

A SRA. AMELINHA TELES - Ele morava na Vila Mazzei.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Entendi.

A SRA. AMELINHA TELES – Esse é o filho. A dona Alda estava sem condições, foi um choque.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Entendi. E o caso do José Milton Barbosa não vai fazer hoje? À tarde?

A SRA. AMELINHA TELES - Faz agora.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Vamos fazer agora? Queria fazer todos. Qual está faltando? Só o José Milton Barbosa, né?

A SRA. SUZANA LISBOA – O José Milton e o José Idésio Brianezi.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– O Idésio Brianezi, vamos fazer. Que horas são? Vamos fazer, era bom, aí libera a Suzana, aí já fica liberada. Vamos fazer, não tem projeção, nada de histórico? Vai fazer só...

A SRA. AMELINHA TELES – Tem histórico.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Ah é? Não está digitalizado?

A SRA. SUZANA LISBOA – Não.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Então vamos lá. Retomando a audiência da 118ª, agora com os casos José Milton Barbosa e José Idésio Brianezi. Então, com a palavra a Suzana Lisboa retomando os dois casos. Aí é ALN, não é MOLIPO, não é?

A SRA. SUZANA LISBOA – ALN.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– ALN. Então, pode começar, com o microfone.

A SRA. SUZANA LISBOA – José Milton Barbosa era dirigente da Ação Libertadora Nacional, ALN. Tinha sido sargento do Exército, foi cassado em 1964 apesar de que nos documentos policiais eles informam que ele era desertor, mas ele foi cassado. Em 1969 ele passou a viver na clandestinidade até ser morto em 1971. Ele foi condenado à prisão perpétua e depois essa mesma prisão foi reformada para 20 anos e por incrível que pareça foi anistiado em 1979 em todos os processos aos quais ele chegou a ser condenado.

Ele foi enterrado como indigente no Cemitério Dom Bosco aqui em Perus com o nome de Hélio José da Silva e lá ainda se encontra. É um dos resgates que é importante fazer não só da investigação das circunstâncias da morte dele que nós vamos solicitar, como também do resgate do corpo.

A única notícia que a gente chegou a ter é que ele tinha sido assassinado no dia 05 de dezembro de 1971, no bairro Sumaré, em São Paulo. Ele foi no momento da prisão dele, foi também presa a Linda Tayah de Melo que era a companheira dele, que estava grávida e tem um filho inclusive que se chama José Milton. Nós temos o depoimento que ela nos fez em 1996 para fundamentar a solicitação para a Lei 9.140.

“No dia 05 de dezembro de 1971 eu, José Milton e Gelson (no caso o Gelson Reicher que foi assassinado e o caso dele foi relatado aqui pela Iara Xavier Pereira. Ele foi assassinado no dia 20 de janeiro de 1972). Então no dia 05 de dezembro de 1971, eu José Milton e Gelson estávamos no bairro do Sumaré quando vimos uma blitz da Polícia Militar. Estacionamos o carro e fomos andando normalmente, não querendo chamar a atenção dos policiais.

Entramos numa das casas dessa rua e como não fomos atendidos à porta decidimos pular os muros dessa e das casas subsequentes. Saímos numa outra rua paralela a que estávamos onde percebemos que já vinham chegando alguns policiais, já estávamos só eu e o José Milton, o Gelson tinha conseguido fugir.

Paramos um carro particular, entrei no carro e o José Milton ficou fora dele, próximo à porta do motorista com uma metralhadora. Atiraram em minha cabeça, desmaiei. Quando voltei a mim, vi José Milton sentado ao volante desmaiado, não percebendo nele nenhum ferimento. Puseram-nos em duas peruas diferentes e nos levaram à Operação Bandeirantes.

Levaram-me para uma sala e José Milton para outra. Eu estava lúcida, embora em estado de choque. Faziam-me perguntas, mas minha voz não saía, trouxeram algumas pessoas para tentarem me reconhecer, só após é que me levaram ao Hospital das Clínicas para ser operada. Após alguns dias no hospital e já de volta à Operação Bandeirantes, soube que José Milton havia morrido.

Comecei a sentir os sintomas de gravidez, foi feito o teste ali mesmo que confirmou a gravidez. Saí da OBAN no dia 28 de agosto de 1972 para o Hospital das Clínicas onde nasceu o nosso filho nesse mesmo dia e permaneceu comigo no presídio até quase o seu terceiro mês de vida. Este filho, meu e de José Milton, leva o mesmo nome do pai”. Na época tinha 23 anos quando ela fez esse depoimento.

Esse é um dos casos em que toda a documentação do Instituto Médico Legal é feita com o nome de Hélio José da Silva, e eles reconhecem de imediato que trata-se do José Milton Barbosa. E ele é enterrado com o nome José Milton Barbosa.

A requisição para a certidão de óbito foi assinada por Antônio Dácio do Amaral tendo como declarante Altino Pinto de Carvalho, que eu não tenho a mínima ideia de quem seja. E diz que ele teria falecido às 16h do dia 05 de dezembro. E a ficha datiloscópica de José Milton está anexada com o nome dele verdadeiro.

Na ficha datiloscópica está escrito a mão Alcides, não sei se seria o mesmo delegado Alcides Cintra Bueno Filho que assina tantas requisições de exame, cujos nomes foram alterados. E assina também, por exemplo, a do Dimas Antônio Casemiro que o corpo foi remetido ao IML dois dias depois de oficialmente ele ter sido morto. Então, esse Alcides Cintra assina qualquer coisa.

Bom, o fato incontestável é que a Operação Bandeirantes sabia que estava remetendo ao Instituto Médico Legal o corpo do José Milton e o fez propositadamente sob o nome falso. A requisição tem a marca do “T” em vermelho e reproduz a versão oficial de que o tiroteio que teria ter ocorrido às 16h no dia 05 de dezembro, à rua Tácito de Almeida com Cardoso de Almeida.

A ordem de fotografar o cadáver e tirar as impressões digitais na ficha da entrada, a hora de entrada no IML, 21h. Então o tiroteio que teria acontecido às 16h, o corpo deu entrada às 21h no IML. Onde ele estava nesse período na Operação Bandeirantes como confirma o depoimento da Linda Tayah.

As impressões digitais que acompanham provam que ele tinha sido tirado, que eles tinham identificado quem ele era. O laudo que é assinado pelo Antônio Dácio Franco do Amaral e José Henrique da Fonseca aponta quatro orifícios de entrada de

projétil de arma de fogo situados na região infraescapular esquerda, na região escapular direita, no limite posterior das regiões escapular e infraescapular, e na região anterior do braço.

Ao exame interno os legistas afirmam, aberto o couro cabeludo e a caixa craniana observou-se edema e anemia do encéfalo tão somente. Assim escrito “tão somente”, como seria possível então, o que significa esse “tão somente”, apareceu do nada, porque as fotos encontradas no arquivo do DOPS que no IML a gente não encontrou, a gente vê em pleno verão, isso era dezembro de 1971, o José Milton veste uma grossa japona de lã, tem calça de veludo e em volta do pescoço ele tem um lenço ou um cachecol, não sei exatamente o que é, e se visualiza perfeitamente a quantidade de ferimentos que ele tem no rosto.

Ele tem várias lesões e equimoses no nariz, no canto do olho esquerdo, no queixo, na testa que não são descritas no laudo. A morte teria sido ocasionada por anemia aguda traumática, mas não há nenhum, o laudo é insuficientemente sucinto para não dar nenhuma informação sobre o que o trajeto das, o que teria acontecido internamente com ele.

Então, o que para nós seria importante fazer em relação à história do José Milton é solicitar que a Comissão Nacional faça e determine um laudo pericial sobre as circunstâncias da morte dele e fazer um contato com os familiares para que o corpo dele seja exumado do Cemitério de Perus e seja sepultado dignamente com o seu nome como deveria ser.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Ele é natural de onde?

A SRA. SUZANA LISBOA – Bonito. O corpo está no Cemitério de Perus, o Cemitério de Perus é sempre é uma grande dúvida porque...

O SR. DARCY PASSOS - Qual nome? Nome falso?

A SRA. SUZANA LISBOA – Está com nome de falso, está com o nome de Hélio José da Silva. Mas, aquele cemitério é sempre uma dúvida, né?

O SR. DARCY PASSOS - *Inaudível...* fala de um tiro na cabeça.

A SRA. AMELINHA TELES – No microfone, por favor Darcy. Aqui, senta aqui, olha!

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Senta conosco aqui, Darcy.

A SRA. SUZANA LISBOA – Ela, ela levou um tiro na cabeça. Ela levou um tiro na cabeça.

O SR. DARCY PASSOS - *Inaudível.*

A SRA. SUZANA LISBOA – Não, ela levou um tiro na cabeça. Ela desmaia e leva um tiro na cabeça.

A SRA. AMELINHA TELES – Está sendo gravado, está sendo gravado.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Senta aqui, Darcy. Vem para cá.

A SRA. AMELINHA TELES – Dá o microfone aí.

O SR. DARCY PASSOS - Deu impressão que na carta da mulher ela fala que ela e ele teriam levado um tiro na cabeça. Aí ela acorda com ele caído sem verificar nenhum tiro. Claro que os tiros escapulares não são mortais, é tudo ombro né?

A SRA. SUZANA LISBOA – Ele estava dentro do carro, então, ela. A última lembrança que ela tem dele é dele na porta entrando no carro, ela já estava dentro do carro. Ele está entrando no carro, ela leva um tiro, desmaia quando ela acorda ela já vê ele sentado no volante.

O SR. DARCY PASSOS - A senhora diz que o laudo tem uma abertura na cabeça com edema.

A SRA. SUZANA LISBOA – Não, a abertura, eles abrem, eles teoricamente dizem, não sei se no caso do José Milton isso é verdade, os legistas normalmente descrevem, ao fazer a autópsia, que eles abrem o crânio pelo método de Griesinger, isso quer dizer que o crânio é serrado, a calota craniana é serrada. A maior parte das exumações que nós fizemos nos presos políticos cujos corpos foram examinados no IML, apesar de ser descrito no laudo esse, abertura e o serramento do crânio, isso não ocorre.

Então, eu não tenho certeza se no laudo do José Milton isso está dito. Eu posso ler exatamente o que consta no laudo, porque eu não li, eu li só partes do que consta no laudo. Eu posso ler o que consta no laudo para algum esclarecimento.

“A realidade da morte era evidenciada pelos clássicos sinais tanatológicos de certeza. Exame interno, exame externo, generalidades, cadáver em bom estado nutritivo exibindo palidez da pele e mucosas visíveis, existindo pequena quantidade de grãos de terra aderidos à pele da região mental e das mãos.

Lesões, foram observados quatro orifícios de entrada de projétil de arma de fogo, bala, semelhantes entre si, grosseiramente circulares com oito milímetros de diâmetro de bordas invertidas, orla equimótica e sem área de enxugo, situados na região infraescapular esquerda, no nono espaço intercostal, a 20 cm da projeção cutânea do processo espinhoso, da décima segunda vértebra torácica.

B, região escapular direita na extremidade dorsal da segunda costela homolateral a seis centímetros da projeção cutânea do processo espinhoso da quarta vértebra torácica. C, no limite posterior das regiões escapular e infraescapular internamente ao omoplata a quatro centímetros da projeção cutânea de seu ângulo inferior. D, na região anterior do antebraço esquerdo sobre a linha de projeção do cúbito na região, posição de supinação e a 18 centímetros da epífise distal do osso mencionado.

Exame interno, aberto o couro cabeludo e a caixa craniana observou-se edema e anemia do encéfalo tão somente. Com a abertura das cavidades torácica e abdominal constatou-se hemotórax bilateral, hematoma de mediastino superior onde foram encontrados os projéteis correspondentes aos itens “b” e “c”. Fratura cominutiva da segunda costela direita extremidade dorsal, ferimento pérfuro-contuso no lobo superior do pulmão direito ocasionado pelo projétil item “b”.

Perfuração do terceiro médio do esôfago, da traqueia situados na trajetória do projétil “c”. Ferimento pérfuro-contuso no nono espaço intercostal esquerdo do lobo inferior do pulmão homolateral”.

Ah! Tem mais. “Ferimento pérfuro-contuso dos músculos nos planos superficial e médio da região anterior do antebraço esquerdo estando o projétil aflorando à pele já

na margem radial, a 15 centímetros da epífise distal daquele osso e correspondendo ao projétil de item “d”. As projéteis retirados foram enviados à Polícia Técnica, não encontramos outras lesões de interesse médico.

Concluimos que o examinado faleceu em consequência de hemorragia interna aguda traumática. Em resposta aos quesitos, morte violenta, no segundo hemorragia interna, no terceiro agente perfuro-contundente ao quarto. Se houve violência ou torturas, não.”

O que eu observei é, que eu considero que é necessário fazer um exame nesse laudo pericial primeiro pelas evidentes, pelos evidentes sinais que ele tem no rosto de hematomas e equimoses que não descritos. E por essa existência de um edema na cabeça que não aparece por quê? Se eu olho esta foto eu digo está aqui o porquê ele tem um edema na cabeça. Ele tem diversas escoriações, o corpo dele está coberto de uma forma que não dá para entender porquê, e dentro do que nós levantamos enquanto Comissão de Familiares em todos esses anos dos casos que nós pudemos apurar, é que cinco horas para sair ali da Cardoso de Almeida para chegar no IML ele deve ter ido, ter estado, pode muito provavelmente ter entrado vivo na Operação Bandeirantes onde a Linda também entrou, e de lá saído morto pro IML vestido desta forma. Não sei se ficou claro.

A SRA. AMELINHA TELES – Ficou claro?

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Entendi perfeitamente.

A SRA. AMELINHA TELES – Eu só queria lembrar, Suzana, que pela declaração da Linda ele, os dois foram levados para a Operação Bandeirantes. Um foi para uma sala e o outro foi para outra.

A SRA. SUZANA LISBOA – A Linda... *Inaudível*.

A SRA. AMELINHA TELES – Pela declaração da Linda os dois foram levados para a Operação Bandeirantes. Um entrou por uma sala, foi levado para uma sala e o outro foi para outra. Ela fala isso, ou seja, ele estava vivo lá. Foi até o que eu comentei aqui com o Adriano.

A gente que viveu aquele período e viu como que era, ele foi para uma sala para ser torturado, não era para outra coisa. Ele foi torturado antes de ser morto, né?

A SRA. SUZANA LISBOA – Pode mostrar o que a gente tem desta foto, mas essa foto não é boa, né? Esse é um xerox da foto. Agora, as lesões são evidentes. Quando eu apresentei o caso na Comissão Especial ele foi retirado com vistas pelo representante do Ministério Público na Comissão Especial que era o Paulo Burnier, e ele, a maior parte das informações que a gente ressaltava como a roupa e os horários, ele não considerou.

O que ele considera relevante é a comparação das fotografias, e os ferimentos ele acha que o laudo necroscópico é minucioso, entendeu? Do meu ponto de vista não é porque não descreve direito, mas ele considera que é minucioso, mas o laudo não faz referências às marcas visíveis nas fotografias.

Ele diz, “as fotografias emprestam significado relevante à demora ocorrida entre o momento da morte e o da entrega do corpo ao IML, certo de que a Polícia neste período tinha o domínio da situação. As fotografias transmitem de igual sorte a importância e indicação de nome equivocado do cadáver e subsequente enterro sob o mesmo nome incorreto”.

Então, ele defere o pedido em cima das fotografias, por isso que eu acho que é fundamental que se tenha este laudo pericial feito pelos peritos da Comissão Nacional da Verdade. Podemos tentar conseguir as fotos, agora, mesmo neste xerox são visíveis

as, os hematomas e as equimoses que o José Milton tem. É mais um dos assassinatos cometidos sob tortura com versões oficiais de tiroteios que não existiram.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – O menino está com quantos anos? O filho da Linda e do José Milton?

A SRA. SUZANA LISBOA – 1971.

A SRA. AMELINHA TELES – Em 1972 que ele nasceu.

A SRA. SUZANA LISBOA – É, 1972.

A SRA. AMELINHA TELES – Quarenta e três, né?

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Você tem se encontrado com ela? Conversa com ela?

A SRA. SUZANA LISBOA – Não. Eu nunca mais me encontrei com a Linda, mas eu tenho o telefone, o endereço dela, o telefone. A Amelinha pode fazer esse contato, elas tiveram presas juntas, para ver se ela tem o interesse em que a Comissão.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Ela mora no Paraná?

A SRA. SUZANA LISBOA – Ela mora no Paraná. Se eles têm o interesse que a Comissão proceda...

A SRA. AMELINHA TELES – Em Curitiba. Ela mora em Curitiba. O filho, quando nós fizemos o seminário "A Infância Roubada", nós gostaríamos que o filho desse um depoimento, até porque ele nasceu na prisão. Ele é um caso da mãe grávida o tempo todo na prisão, mas ele morava nos Estados Unidos e não podia vir nessa época.

Foi o ano passado que nós fizemos este contato. Então nós podemos fazer um novo contato com ela, pelo menos. Parece que ele trabalha nos Estados Unidos.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Tem a carta da viúva, tem da Linda Tayah. Fica conosco aqui, Darcy. Para com isso, até tecnicamente fica ruim, você fica de costas, está transmitindo ao vivo. Bom, vamos lá.

A SRA. SUZANA LISBOA – Vamos esperar ele dar uma olhada ali, porque em relação ao José Milton eu não tenho mais.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Não. Vamos começar o outro caso, Brianezi. Você retoma.

A SRA. SUZANA LISBOA – Tem alguma, nós encerramos esse caso ou aguardamos a sua leitura?

O SR. DARCY PASSOS - Não já, eu errei. "Atiraram na minha cabeça". Eu tinha entendido que tinha dado um tiro nela e um nele.

A SRA. AMELINHA TELES – A Linda tem até hoje a marca do tiro. Realmente é um caso que a gente, sempre brincava com ela na prisão porque uma que leva um tiro na cabeça e não morre, grávida, né? A gente fala nossa, é ruim! A gente brincava muito com ela.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Danilo, me ajuda aqui, projeta essa imagem da, vê se a câmera recupera um pouco melhor, porque ela é xerox, está muito ruim a recuperação. Vê para a tua câmera também como fica e vê como fica para a TV. Me ajuda aqui.

A SRA. AMELINHA TELES – Alguém tem que segurar.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Na minha placa? Precisa aderir.

A SRA. SUZANA LISBOA – Eu já falei que era verão.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– O quê?

A SRA. SUZANA LISBOA – Da roupa.

A SRA. AMELINHA TELES – Imagine se ele ia estar com uma roupa dessa em dezembro.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– De lá!

A SRA. AMELINHA TELES – De lá. Isso é coisa do, eles queriam montar uma história que ele tinha vindo do exterior, né? Estava chegando, só pode ser. Aquelas coisas.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Quer dizer que a família nunca reivindicou lá em Perus? E nem a Linda Tayah perguntou lá em Perus, não requereu nada em Perus?

A SRA. SUZANA LISBOA – Quando, há muitos anos atrás foi feito o contato com a Linda, ela não sabia se ela teria condições legais de fazer essa movimentação porque o filho dela tem o nome dela, né? O menino tem o sobrenome dela e não tem pai. E, ela não sabia se ela teria condições legais de fazer essa tratativa, né? Teria que ter a confirmação de que era companheira há mais de cinco anos.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Não tem o nome do pai na certidão de nascimento do menino?

A SRA. SUZANA LISBOA – Ele estava morto. Ela não colocou, não sei se foi por isso que ela não colocou, eu não sei. Eu sei que ele não tem o nome do pai, então oficialmente teria que... Não, eu não sei detalhes, eu sei que ela ficou, ela tinha dúvidas se ela teria condição legal de fazer esse resgate do corpo dele.

Ela tinha, ela dizia que ela não tinha uma, nenhum terreno em cemitério onde fosse, onde ele pudesse ser enterrado, até porque ela está no Paraná que talvez fosse mais importante levá-lo para o Rio de Janeiro onde ele tinha amigos ou para a cidade natal deles se a gente pudesse ajudá-la nesse sentido.

O que eu acho que hoje, com a Comissão da Verdade, com o apoio das Comissões Estaduais e da Federal nós podemos voltar a falar com ela sobre isso porque ela tem sim, toda a condição legal de fazer essa solicitação e o menino se quiser também, o moço, né? O rapaz de fazer um processo para colocar o nome do pai caso seja da vontade dele, né? Isso é uma coisa muito pessoal.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Suzana, eu sei que está muito longa essa sessão, agora, embora a família parece que tem uma dificuldade, fala um pouco da origem. Ele era sindicalista, fala. Você sabe alguma coisa da vida desse moço?

A SRA. SUZANA LISBOA – Não, não sei.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Não?

A SRA. SUZANA LISBOA – Eu sei que ele era sargento do Exército. Eu não o conheço, não.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Ah! Ele era militar, né?

A SRA. SUZANA LISBOA – Ele era militar, foi cassado em 1964, eu não tenho informações da vida dele.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT–Ele era ALN, não foi para a VPR, veio para a ALN.

A SRA. SUZANA LISBOA – Não. Ele era, sempre foi militante que eu saiba da Ação Libertadora Nacional. Era dirigente da Ação Libertadora Nacional. É o que sei dele.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– De Bonito, Mato Grosso que ele é? De Bonito, Mato Grosso? Ele estava engajado militarmente.

A SRA. SUZANA LISBOA – Bonito, Mato Grosso ou Pernambuco. Só olhando aqui.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Não, está bom. E ele estava engajado no Exército lá no estado de origem?

A SRA. SUZANA LISBOA – Acho que no Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Ah! No Rio de Janeiro.

A SRA. SUZANA LISBOA – Mas eu não tenho certeza. Ele chegou a trabalhar no Rio de Janeiro como radialista.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT–E essa é a foto antes, não a foto da morte, a foto dele vivo, né?

A SRA. SUZANA LISBOA – É, essa é ele vivo.

A SRA. AMELINHA TELES – Deve ser de algum documento.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– É, foto de documento, bem jovem, né?

O SR. DARCY PASSOS - *Inaudível*.... que é relativamente recente pelos fatos. E é o seguinte a legalização por duas leis da união estável. Antigamente não havia, não casado, não pode provar isso.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Entendi.

O SR. DARCY PASSOS - Hoje, não casado hoje em dia, há uma lei recente até que a mulher coloca o nome do pai e o pai se quiser tem que provar *inaudível*.... mas também houve a união estável, a legitimação.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Entendi.

O SR. DARCY PASSOS - De união estável, há duas leis sobre união estável.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Entendi, entendi.

O SR. DARCY PASSOS – Que legitimaria o filho.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Entendi.

A SRA. AMELINHA TELES – Olha, é importante destacar que ela estava totalmente dominada, estava presa, ela teve o filho na prisão. Então, quem faz essa certidão não é ela, quem pede no cartório. São eles, é a repressão.

A SRA. SUZANA LISBOA – Tem mais alguns...

SRA. BEATRIZ CINTRA LABAKI – Hoje ela tem esse direito.

A SRA. SUZANA LISBOA – É, a legislação hoje permite. Eu tenho mais alguns dados aqui biográficos dele. Bonito, em Pernambuco. Filho de Maria das Dores de Paula, não consta o nome do pai. Era sargento radiotelegrafista do Exército, formado pela Escola de Sargento das Armas, sendo cassado em 1964 com o golpe. Até fevereiro de 1969 era funcionário da SUNAB.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– SUNAB, é?

A SRA. SUZANA LISBOA – É o que consta aqui. Em 1967 ingressou no curso de Economia da antiga UEG, atual UERJ, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, estudando até o terceiro ano quando por suas atividades políticas foi forçado a entrar na clandestinidade em 1969.

Foi militante do PCB, do PCBR e por fim, da ALN da qual tornou-se dirigente regional. É isso.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– E ela ainda tem engajamento político, militância política?

A SRA. SUZANA LISBOA – Não tem, eu não nunca conheci a Linda Tayah, não tenho nenhuma informação ou referência dela. Eu sei que ela foi presa no Rio de Janeiro em 1970, acho que no início de 1970 ou começo de 1969 e foi solta e depois foi presa novamente aqui no dia da morte do José Milton e ficou presa até 1974. O bebê dela foi até quase três meses ficou com ela e depois foi criado pela mãe.

Ele visitava ela regularmente e ela continuou presa até 1974, um processo, deve ter conseguido, não sei, liberdade condicional. Eu não conheço detalhes do processo dela e já faz muitos anos, ela foi morar em Curitiba, eu não conheço ela.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– E o tiro na cabeça, ela não ficou sequelada? Você esteve presa com ela no Hipódromo, não é?

A SRA. AMELINHA TELES – Ela é um caso assim, incrível porque duas presas políticas tinham levado tiro na cabeça que foi ela e a Eliana Potiguara. A Eliana Potiguara ficou manca, ficou paraplégica um tempo, né? Ou hemiplégica. A gente tinha que ter muitos cuidados com a saúde dela. Agora, a Linda Tayah por sorte ela não teve sequela nenhuma, inclusive o filho nasceu normal.

É claro que ela desmaiou, ela ficou sendo tratada de alguma forma e foi enfim. Ficou no DOI-CODI, que a gente imagina o que ela deve ter passado, mas ela não teve sequela, não. Agora, a Eliana Potiguara tem sequelas até hoje.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Entendi. Está bom. Você nunca mais a viu depois que ela saiu?

A SRA. AMELINHA TELES – Eu só falei com ela por telefone, às vezes alguma carta, porque quando saiu esta lei, eu vi que a Linda tinha direito e entrei em contato com ela para que ela fizesse o requerimento pedindo o reconhecimento do José Milton Barbosa como tendo sido uma vítima, um assassinado pela repressão política.

Depois eu entrei e contato com ela justamente quando houve aqui o seminário da Infância Roubada, porque ela é sempre lembrada porque ela teve um filho na cadeia. Então nós fomos atrás dessas crianças. Mas, enfim. Não a vi mais. Nunca mais a vi.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Vamos passar para o próximo, então? E toda essa documentação que a Suzana tem, você também tem em arquivo?

A SRA. AMELINHA TELES – Essa documentação não é da Suzana, é da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Que está na sua?

A SRA. AMELINHA TELES – São arquivos que nós temos

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT–Na sua casa?

A SRA. AMELINHA TELES – Que nós temos, é.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– No seu escritório?

A SRA. AMELINHA TELES – Que ficam num lugar reservado onde nós mantivemos isso há muitos anos e que provavelmente hoje nós buscamos um espaço, né Suzana? Porque a gente, é uma documentação eu diria assim, duramente preservada por um grupo de familiares. Duramente porque é um espaço enorme, nós temos que ter sempre cuidado com o espaço.

Teve um momento na história que foi cupim, entrou cupim, o cupim come papel e nós perdemos muitos documentos importantes, muitas fotos importantes. Então, essa documentação a gente tem mantido com dificuldade e acho que, nós temos que fazer uma doação para alguma instituição que realmente guarde tão bem como nós guardamos.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Vamos lá? Fala um pouco da vida do Brianezi.

A SRA. SUZANA LISBOA – José...

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Que era companheiro da Guiomar.

A SRA. SUZANA LISBOA – É, mas ela não...

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Não, não, não. Só para me situar. Não, não precisa falar.

A SRA. SUZANA LISBOA – José Idésio Brianezi. Ele nasceu em 23 de março de 1946, em Londrina, Paraná. Filho de José Paulino Brianezi e América Tomioto Brianezi. Eu vou pegar uma biografia maior que tem dele aqui dentro, do que essa que eu tenho.

Ele fez o primário, o ginásial em Apucarana e o segundo grau na escola Técnica de Comércio, em Jandaia do Sul, município próximo à Apucarana. Atuante no Movimento Estudantil da cidade concorreu à Presidência da União dos Estudantes de Apucarana em 1966. Participou do 19º Congresso da União Paranaense dos Estudantes Secundários em janeiro de 1968, tendo se destacado como uma das lideranças de oposição à diretoria da entidade naquela oportunidade, e da UBES, União Brasileira dos Estudantes Secundários, em Minas Gerais, em abril de 1968.

Foi um dos líderes do Movimento Estudantil de Apucarana e Jandaia do Sul na luta contra o ensino pago deflagrado em janeiro de 1968. Em abril/maio de 1968 foi chamado ao quartel do Exército de Apucarana para prestar esclarecimentos de suas atividades políticas no meio estudantil.

Uniu-se ainda no início de 1968 à dissidência do Partido Comunista Brasileiro permanecendo integrado a esta organização até setembro do mesmo ano. Após o rompimento com a dissidência contactou a Ação Libertadora Nacional em São Paulo a qual se integrou em janeiro/fevereiro de 1969, junto com Antônio dos Três Reis Oliveira, outro paranaense assassinado em 1970 e que compõe a lista dos desaparecidos políticos até hoje.

Mudando-se para São Paulo, o Brianezi passou a exercer sua atividade política ao lado de Três Reis nessa cidade, região metropolitana. No dia 14 de abril de 1970 foi assassinado pela equipe do delegado D'Andréa do DOI-CODI em São Paulo, na pensão onde morava perto do aeroporto de São Paulo, na Rua Itatins, número 88, Campo Belo. Em documentos do DOPS do Paraná está escrito que o fichado morreu na cidade de São Paulo.

Apesar de assassinado com apenas 24 anos, foi uma pessoa que marcou a sua passagem por Apucarana. Querido e respeitado por todos, é lembrado como um jovem preocupado com o destino do Brasil que amava o seu povo a ponto de se envolver na luta pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Em homenagem póstuma o município de Apucarana destinou o seu nome à Escola de Primeiro Grau situada na Rua Paranapanema, núcleo residencial Papa João

Paulo I, funcionando ao lado da Escola Estadual Heitor de Alencar Furtado, conforme decreto municipal de 1990.

Ele recebeu outras homenagens recentemente, mas eu não, eu acabei por não trazer. O corpo dele foi levado para, pela família para ser enterrado em Apucarana. Aqui tem diversas, a família fez um caderno com todos os diplomas dele, com toda a história dele que faz parte dos arquivos da Comissão de Familiares e também da escola com o nome dele lá em Apucarana. Diversas matérias que foram feitas na época. Deixa eu pegar outra coisa aqui.

Os legistas que assinam o laudo dele são Cypriano Oswaldo Mônaco e Paulo Queiroz Rocha. Eles determinaram como causa da morte hemorragia interna traumática, e a versão oficial é que ele morreu em tiroteio com agentes da Operação Bandeirantes.

Nós só encontramos parte da documentação do IML no DOPS, não tem informações de entrada, de horário de entrada do corpo, só tem a primeira parte da ficha, da requisição de exame, mas não tem o resto da documentação.

A foto do corpo dele também encontrada no arquivo do DOPS-SP, ele aparece com o dorso nu e a barba por fazer há diversos dias. Hábito que não tinha e que contrariava qualquer regra de segurança dos militantes clandestinos.

A foto contradiz as informações contidas também na única folha do laudo que dera entrada no IML vestindo camisa de seda de fantasia, calça de brim zuarte, calção.

O deputado Nilmário Miranda na época, como integrante da Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos solicitou ao perito criminal Celso Nenevê que hoje integra o grupo de peritos da Comissão Nacional, que ele fizesse análise do laudo necroscópico e dessa única foto do Brianezi. Mas o perito se viu impossibilitado de reconstituir a dinâmica, face às omissões constantes no laudo.

Ele ressalta apenas que o laudo não permite caracterizar a distância dos disparos, mas que para pelo menos dois dos disparos que são relatados, a trajetória é de frente para trás e não de trás para frente como é descrito no laudo. Ele considerou ainda que a diferença de nível no momento dos disparos dos ferimentos apontados indicaria que ele

estaria em posição abaixo dos atiradores, e que seria um forte indício de execução até porque ele media 1,85 metro.

A exumação, ele descartou a exumação dos restos mortais para exame porque os pais, na época, levantaram dúvidas se gostariam de fazer isso ou não. Então, a única alternativa para a gente tentar ter mais informações sobre as circunstâncias da morte dele era encontrar novos documentos.

Se essa foto aqui é do IML de São Paulo, ela não consta, pelo menos não constava na época, nos arquivos do IML, mas ele está visivelmente depauperado nessas fotos. Eu também conheci o Idésio Brianezi aqui na, quando militei em São Paulo, ele pode ter emagrecido bastante desde a última vez que eu o vi, mas todos os que viram essas fotos e que conviveram com ele na época e que viram, encontraram com ele momentos antes da data da morte, dizem que isso aqui não condiz com as características dele. Não sei se quer mostrar as fotos dele vivo aí do lado também.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Tá dando contraste na lente? Tá? Espera aí, tem um plástico aqui, tirando o plástico. Pega mais perto, tenta pegar mais perto para o pessoal ver.

A SRA. SUZANA LISBOA – Deixa eu ver se trouxe outra foto. Realmente eu não trouxe.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Está bom.

A SRA. SUZANA LISBOA – Não, eu só trouxe aquela porque ela era a melhor que as outras que tinha.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Meu, esse cara foi companheiro da Guiomar! Meu Deus do céu.

A SRA. SUZANA LISBOA – Ela que entregou ele.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Ela que abriu ele, minha nossa!

A SRA. SUZANA LISBOA – Não foi para você que ela disse que não conhece ele? Ele era da direção regional junto com ela. Na época da, não é direção regional, do comandante *inaudível*....Ele era do mesmo GTA que ela, que o Alencar, aquele, como é que chama? Alencar. O Russo conheceu ele, e ele e aquele Alencar, como é que é o nome dele? Que é preso nessa época também? O Alencar, ele foi preso nessa época, ele e a mulher dele. Alencar era nome de guerra, que absurdo, eu não estou lembrando o outro nome dele. Ele é vivo também. É o, você sabe quem é.

A SRA. AMELINHA TELES – Eu sei, mas não estou conseguindo lembrar.

(Risos.)

Não estou conseguindo associar.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– *Inaudível*...

A SRA. AMELINHA TELES – Tem à tarde, né?

A SRA. SUZANA LISBOA – Eu só tenho o *inaudível*. Eu fiquei de ver com vocês se queriam pegar mais casos eu ia lá buscar. O Gastone, sei lá mais quem. Se vocês quiserem fazer, eu não trouxe outros, mas se quiserem fazer eu vejo na hora.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Quer ver agora?

A SRA. SUZANA LISBOA – Não. Eu tenho para apresentar novos casos

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Hoje à tarde?

A SRA. SUZANA LISBOA – Hoje de tarde, a gente interrompe na hora do almoço, eu vou lá buscar alguns, apesar de que é difícil, né?

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Não, mas vamos fazer para aproveitar que você está aqui.

A SRA. SUZANA LISBOA – Mas não ia pegar os negócios da “Folha”?

A SRA. AMELINHA TELES – *Inaudível*

A SRA. SUZANA LISBOA – Então nós vamos fazer, eu até peguei a lista aqui para ver se a gente ia pegar mais outro caso na sua casa.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– É bom fazer, vamos aproveitar que você está aqui.

A SRA. SUZANA LISBOA – Pois é, mas tem uns que tem que encontrar a família. Nós não podemos fazer sem chamar a família aqui. Vamos fazer o caso que tem família, porque aí não dá. Não sei...

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– A sessão está suspensa por cinco minutos.

A sessão é suspensa por cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Então pessoal, nós vamos suspender os trabalhos agora e voltar às 15h, está bom? Agradeço a todos os nossos parceiros e peço desculpas pelo adiantamento da hora, muito obrigado.

* * *